

NO PRÓXIMO SÁBADO, NO PAVILHÃO DOS DESPORTOS

CONFERÊNCIA NACIONAL

DO PCP

Mais de mil delegados levarão à Conferência Nacional o resultado de centenas e centenas de reuniões para definir a orientação do Partido na campanha eleitoral, para definir o trabalho que assegure em 25 de Abril a criação de condições para uma alternativa democrática

PÁGINAS CENTRAIS

CANDIDATOS DA APU

PÁGINA 3



Comício em Avis no passado domingo

CONFIANÇA

NA VITÓRIA

Milhares de pessoas participaram em sessões e comícios nos distritos de Castelo Branco e Portalegre com a presença do secretário-geral do PCP

PÁGINAS CENTRAIS

No próximo Domingo, Álvaro Cunhal em Coimbra e no Porto

SEMANA

23

Quarta-feira



Greves nos transportes

A Força Aérea Portuguesa confirma ao presidente da Câmara de Monchique a existência de um projecto de instalação de uma estação de radar no perímetro de Fôia; anteriormente um porta-voz do CINCIBERLANT havia considerado «destituídas de fundamento» notícias vindas do público sobre tal projecto ■ Paralisações durante parte do dia na CP, Metropolitana e Carris, em luta pela negociação salarial; as greves prosseguem amanhã se não se chegar a acordo ■ O presidente do conselho de gerência da TAP Morbey Rodrigues, considera que deverá haver uma investigação sobre o alegado pagamento de «luvas» pela compra de aviões «Tristar» da Lockheed porque, mesmo que as suspeitas não tenham fundamento, a verdade é que estas já foram levantadas, pelo que «deve-se ir até ao fim» ■ A DORL do PCP anuncia que vai promover a realização, durante o mês de Março, de um ciclo de «Debates com o PCP» subordinados ao tema «Construir hoje, que futuro» ■ Fontes oficiais de Madrid consideram não aceitáveis as condições da proposta para um acordo de pesca luso-espanhol recentemente apresentado pelo Governo português ■ O Conselho Nacional Palestiniano (CNP) encerra a sua 16.ª sessão aprovando uma resolução em que se «recusa a considerar o plano Plegan como base válida» para uma resolução «justa e duradoura para a questão palestina e para o conflito árabe-sionista».

24

Quinta-feira

O PCP denuncia a «anunciada realização em Lisboa do Congresso da Internacional Socialista e a igualmente anunciada visita a Lisboa de uma esquadra da NATO na mesma altura» como «inadmissíveis ingerências e tentativas de pressão externa nas eleições do próximo dia 25 de Abril e seus resultados» ■ O Metropolitano e a Carris, em Lisboa, prosseguem greves parciais em luta pela negociação colectiva do contrato de trabalho ■ O governo socialista espanhol nacionaliza a «Rumasa», o maior grupo de empresas privadas do país, por obstrução à inspecção das suas contas ■ O primeiro-ministro sionista, Menahem Begin, recusa «energicamente» a oferta norte-americana de «garantia de segurança» das suas fronteiras a troco de uma retirada militar do Líbano ■ O secretário de Estado norte-americano George Schultz refirma no Congresso que os EUA não favorecerão negociações com os guerrilheiros salvadoreños ou com o governo sandinista de Managua; entretanto a guerrilha salvadorenha ocupa a povoação de Tejutla, 61 km a norte de S. Salvador.

25

Sexta-feira



O desmentido

A APU entrega no Palácio da Justiça a sua lista concorrente às próximas eleições pelo círculo de Lisboa, composta por 61 candidatos e ocupando os primeiros lugares Álvaro Cunhal, José Tengarrinha, Octávio Pato, António Aníbal e Veiga de Oliveira ■ Mário Soares regressa de Washington, onde esteve durante três dias para, segundo as próprias palavras da «France Press», «prestar contas das suas intenções» aos dirigentes norte-americanos; como é hábito, o secretário-geral do PS desmentiria em conferência de imprensa em Lisboa várias das suas graves afirmações a jornais norte-americanos ■ Começa em Montechoro, no Algarve, o 10.º Congresso do PPD/PSD ■ Segundo notícias os jornais, o conselho de gerência da Rodoviária Nacional confirma a intenção de transmitir todo o património, a actividade e o pessoal de um sector lucrativo daquela empresa pública (o Centro de Actividades Comerciais, CAC) para uma firma privada, a Ultrera, constituída recentemente com dinheiro desviado da RN ■ Indira Gandhi afirma pensar que os massacres no Estado do Assam foram encorajados do estrangeiro; entretanto, em telegrama da capital indiana, a agência TASS afirma que os serviços secretos norte-americanos ajudam os «separatistas» que procuram a secessão de regiões do nordeste da Índia ■ Morre, com 72 anos, o dramaturgo norte-americano Tennessee Williams.

26

Sábado

Quinze dos dezasseis membros do ex-secretariado colocados em lugares elegíveis nas listas eleitorais do PS manifestam a intenção de recusar candidatar-se, como protesto pelo facto de apenas 16 membros desta tendência terem sido colocados pela CP do PS em lugares de eleição certa e três em zonas menos prováveis ■ Dezenas de milhares de pessoas — 100 mil segundon os organizadores — manifestam-se em Bruxelas contra a degradação do emprego na Bélgica, onde há actualmente meio milhão de desempregados ■ A Índia e a URSS assinam um protocolo de acordo de cooperação no domínio da investigação espacial.

27

Domingo



Balsemão sai, entra M. Pinto

Termina o Congresso do PPD/PSD com o afastamento de Pinto Balsemão de qualquer cargo de chefia do partido e a ascensão de Mota Pinto como o novo «homem forte», no meio de complicadas disputas pelo poder ■ Num plenário convocado pela Câmara e onde participaram mais de mil pessoas, a população de Sines decide não permitir a construção do um terminal provisório para carvão, porque tal obra impediria a edificação do porto de pesca prometido há 12 anos e inviabilizaria toda a actividade piscatória da vila ■ Segundo um relatório da Federação Internacional dos Direitos Humanos, que cita fontes do ministério turco da Justiça, encontram-se encarcerados na Turquia entre 125 mil a 150 mil pessoas.

28

Segunda-feira

Em conferência de imprensa, o secretário-geral do PCP, Álvaro Cunhal, afirma que em contraste com «os conflitos e guerras de dirigentes» no PSD e CDS e com «os graves conflitos internos» no PS, o PCP continua unido e sereno e confiante nos próximos resultados eleitorais; o encontro com os jornalistas deu-se a propósito da Conferência Nacional do PCP a realizar no próximo fim-de-semana ■ O secretário-geral da ONU, Perez de Cuellar, considera inaceitável a pretensão norte-americana de relacionar a «presença cubana em Angola» com a independência da Namíbia ■ A guerrilha em El Salvador que se bate contra a junta fascista anuncia que observará um cessar-fogo durante a visita do Papa João Paulo II ao país.

1

Terça-feira

Os ministros e os secretários de Estado do Trabalho e dos Transportes, que há uma semana consideravam as propostas sindicais para a resolução dos conflitos na CP, Metro e Carris, como «realistas» e «negociáveis», remetem o problema para negociações directas com os conselhos de gerência, o que vem a agravar a situação ■ O embaixador cubano na ONU, Raul Roa, inaugura em Nova Delhi a reunião preparatória da cimeira dos Não-Alinhados.

Editorial

UM PARTIDO UNIDO, EFICAZ E SERENO

O panorama político-partidário português na hora actual e a divertida filosofia de falência de certos circuitos dirigentes das forças hostis ao 25 de Abril que militam contra a corrente da História, são para o sociólogo, o comentarista ou o observador Informados um autêntico «traído» de ciência política.

O aprofundamento da matéria seria de enorme interesse para os leitores mas não cabe obviamente nos moldes e objectivos de um comentário deste tipo que obedece a outras exigências. Contudo, e apesar disso, alguns factos devem ser retidos.

No último fim-de-semana realizou-se o congresso do PSD, o maior partido da coligação reacçãoária que governou o País nos últimos três anos; há quinze dias tinha sido o do CDS, o segundo partido da coligação; também o mini-PPM, o «partido-cogumelo» da «AD», reuniu o «conselho nacional».

Na «oposição» acaba de reunir-se a Comissão Política do PS.

Toda esta actividade se processa no fervilhar de uma pré-campanha para eleições a pouco mais de mês e meio que podem determinar numa larga medida, a curto e a médio prazo, a realidade portuguesa e os destinos da nossa democracia.

Mário Soares, o viandante secretário-geral do PS, explicando aos seus amigos do «American Club» o tumultuoso panorama dos chamados «partidos democráticos», disse há três dias: «Portugal atravessa um período de crise que atinge os próprios partidos não sendo mera coincidência que neste período pré-eleitoral se registem crises graves do CDS e no PSD e que o próprio PS enfrente problemas. No PC não há problemas porque a gente não sabe o que lá se passa».

O editorialista da CIP de «A Tarde», falando da «crise dos partidos», escrevia: «Uma estranha atracção pelo abismo se apossou dos partidos democráticos (em que o PC obviamente não é tido nem achado)».

«Uma maioria com o PCP inviabilizaria qualquer acordo de Solidariedade Nacional» — diz Balsemão no seu testamento «post-mortem» como presidente do PSD...

O delicioso VD, do «Correio da Manhã», cuja inteligência política se pode medir pela dimensão dos «bilhetes postais», escrevia: «Os partidos pelos vistos vão-se meando. A propósito de mexer, onde não haverá mexidas sei eu. Pelo menos enquanto Moscovo não quiser». Está-se a ver onde ele quer chegar, não está? Os sublinhados são nossos.

Entretanto, o que é que realmente se passa no panorama político-partidário português nas vésperas de uma consulta eleitoral de tanta importância para a vida política do País?

A «AD» morreu, os esfaçalhados partidos que a compunham preparam-se para sofrer uma nova e terminante derrota eleitoral no dia 25 de Abril.

No CDS a «luta de galos» pela chefia do partido, Indecisa até aos últimos minutos do congresso, saldou-se por graves baixas nos quadros dirigentes e profundas brechas entre a extrema-direita que mantém o comando.

A «dupla» que ficou à frente, olha já para o outro a medir forças para o próximo combate — Lucas Pires, o número um, teme já confusamente as astúcias da velha raposa fascista que tem o número dois no CDS: Adriano Moreira.

No PSD, o homem que é ainda Primeiro-Ministro, gestor de uma «sociedade» falida — o Governo «AD» — foi corrido da presidência do partido e está agora nas «basas». Despediu-se do congresso e dos cargos dirigentes a espumar de raiva contra os «notáveis» os «44», os «cinco facções» que lhe disputavam a chefia. A sua ameaça é esclarecedora: «Quem com ferro mata com ferro morre!».

Subiu agora ao «pódio» Mota Pinto, «homem-forte», retornado ao PSD pela mão de Soares Carneiro, um Mota Pinto que não tem coração para grandes «abalos» mas que deu já suficientes provas de inimigo do 25 de Abril e de determinação antipopular e antidemocrática. O novo

«professor de Coimbra» já ditou as regras do jogo. Obediência, senão...

O comentarista da folha fascista «O Diabo» caracteriza o desenlace da crise do PSD escrevendo que «o poder político descentrou-se e caminhou para o Norte... Eurico de Melo, o segundo da «troika», «é um nortenho de gema», ao lado de um Mota Pinto que significa «a defesa das entregas de terras no Alentejo», o paladino da «desproletarização do mundo rural».

Nos quadros dirigentes vem outro nome odiado dos trabalhadores da Reforma Agrária: Vaz Portugal, o dos «fumos da corrupção» e «uma figura respeitada da CAP» como escreve o comentador de «O Diabo».

No mini-grupo dos coroados do PPM, Ribeiro Teles foi destronado. Merece apenas registar que Ferreira do Amaral, também derrotado, apodou de cambada de «porcos» os seus opositores no partido...

E no PS? Como vão as coisas no PS, onde Mário Soares se embodega prematuramente com a hipótese de vir a ser primeiro-ministro como trampolim para Belém e de imediato, para cumprir os seus compromissos secretos com Reagan de «abertura» aos Estados Unidos? No dizer de Jaime Gama, o indignado candidato a secretário-geral do PS no próximo congresso, em declarações ao jornal espanhol «El País», avançou que «a base das Lajes deve ser livremente utilizada para assuntos relacionados com a NATO e que os socialistas esperam que os Estados Unidos proponham algo de concreto relativamente a facilidades no Continente» (não se pode ser mais «concreto» pois não?)

Para Mário Soares «o PCP não é um partido democrático, continua com uma teoria vanguardista de ocupação do Poder sem respeitar as regras eleitorais».

O secretário-geral do PS como qualquer vendeiro de banha da cobra e tão desacreditado como eles pretende impingir aos incautos as suas balelas contra o PCP.

O PS acaba de dar uma lição de «democratismo interno» na elaboração das listas eleitorais. A «caça às bruxas» contra os seus opositores no seio do partido, de há muito denunciada pelo PCP e considerada por Mário Soares como um indicio de que «o PCP privilegia o PS como o inimigo principal», aí está em toda a sua verdade.

Os socialistas do ex-secretariado, que em Dezembro de 1980 salvaram o PS de uma retumbante derrota eleitoral e política contra os desígnios de Mário Soares foram impiedosamente sanados das listas eleitorais.

O curioso «democratismo» socialista, o seu apregoado respeito pelas várias «sensibilidades» do PS — o «partido plural» «o partido do diálogo» — abriu fogo contra os discordantes e prepara-se para levar à Assembleia da República apunhações que não obstaculizem mas pelo contrário facilitem os amiguetes com a direita — um grupo parlamentar pró-imperialista e antieuropeísta que faça o jogo dos inimigos do regime e reponha nas novas condições a velha política do «PS sozinho» de recuperação capitalista, latifundista e imperialista.

O antieuropeísmo militante vai tentar ganhar votos sob a capa dos «consensos alargados», de um «contrato social» que amarre os interesses dos trabalhadores aos interesses do grande patronato e das multinacionais.

A inclusão de Gonet e Sotto Mayor Cardia nas listas, a intenção de meter Barreto e outros do mesmo jaez é bastante significativa.

Toda esta gente — «AD», PSD, CDS, PPM, PS e aliados apodrecem e querem fazer crer que o PCP lhes vai seguir o destino e as pisadas. É uma crença falhada...

O PCP, dizem eles, «não se sabe nada». E entretanto sabe-se tudo.

O grande partido da democracia e da classe operária portuguesa que é o PCP, desmente na prática diária os «profetas da desgraça», afirma-se cada vez mais como grande partido democrático dos trabalhadores e do povo no qual um número crescente de portugueses deposita as esperanças de uma verdadeira mudança democrática na situação do País.

O PCP, integrado na APU, entregou já, como todos os

outros, as listas de candidatos. Nelas se incluem homens, mulheres e jovens conhecidos pela sua contribuição à causa da democracia, pela sua total dedicação aos interesses do País.

Nas eleições de 12 de Dezembro do ano passado, a APU foi a única força que não somente não perdeu nenhuma Câmara Municipal mas alargou a sua direcção a mais cinco, ao passo que em 80 outras, dirigidas pelos restantes partidos, as mudanças de mãos são significativas.

Mudaram 42 Câmaras «AD», 30 do PSD, 5 do CDS, 2 do PS, 1 do PPM.

Um «território» autárquico APU de 28% do total do País subiu para 30,5% e notoriamente na confiança dos eleitores e do povo.

«Agora já é possível comparar» — dizia em 31 de Janeiro na TV a vozinha petulante e mansa dos propagandistas invisíveis do PS reproduzindo palavreado barato de Mário Soares.

De facto «já é possível comparar»... é tirar conclusões práticas.

O PCP, partido dos trabalhadores e do povo, não pode ser afastado das grandes soluções nacionais para a crise, não pode ser marginalizado da alternativa democrática, não pode ser excluído de um governo que se proponha vencer a crise, defender os interesses populares e do País.

«Comunistas no governo» é um imperativo nacional.

No confuso panorama político-partidário português o PCP distingue-se pela sua coesão, a sua eficácia, a sua serenidade.

Sábado, no Pavilhão dos Desportos, Conferência Nacional do PCP inicia os seus trabalhos.

Objectivo: definir a orientação dos comunistas para as eleições de 25 de Abril e para a alternativa democrática.

A Conferência culminará um vivo e extenso debate de três semanas travado no seio do Partido por dezenas de milhares de camaradas em torno das Teses apresentadas pelo Comité Central.

Apesar de curto prazo para as discussões, centenas de reuniões e plenários de organizações foram realizadas, os delegados foram eleitos, numerosas contribuições para o melhoramento das Teses foram já agora canalizadas para os organismos encarregados da escolha e sistematização das opiniões expressas.

Simultaneamente, defrontando a escandalosa ofensiva do silêncio dos órgãos de comunicação social do Estado controlados pela «AD», o PCP desenvolve uma vasta acção de esclarecimento e auscultação de massas; o interesse pelas propostas políticas dos comunistas manifesta-se de maneira crescente entre o povo.

A preparação da Conferência associa-se estreitamente à busca de uma saída democrática para a crise e à forte convicção de que os resultados eleitorais contribuirão de maneira decisiva para uma necessária viragem na política nacional.

Neste fervilhar da vida política portuguesa, o PCP destaca-se pela sua coesão, operatividade e sentido das responsabilidades e ainda pela sua elevada prática de democracia interna.

Arrojadas iniciativas políticas são tomadas pelos comunistas.

Em contraste com a desorientação e as convulsões, divisões e lutas internas no seio dos outros partidos do xadrez político nacional o velho-jovem PCP que na segunda-feira completa 62 anos oferece um panorama radicalmente diferente — o de um Partido unido, eficaz e sereno, profundamente enraizado nas massas que trabalha esforçadamente para arrancar Portugal do atoleiro e para abrir uma perspectiva clara de solução da crise e de melhoria das condições de vida do povo, de reforço da Independência nacional, da paz dos portugueses.

Após a Conferência todo o Partido vai galvanizar-se na batalha do esclarecimento, da dinamização e mobilização, das massas populares.

Levar a campanha para fora do Partido é agora o passo seguinte para a materialização dos objectivos eleitorais do PCP e da APU.

Congresso do PCI

Partiu para Itália uma delegação do Partido Comunista Português composta por Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política e Maria da Piedade Morgadinho, membro do Comité Central. Esta delegação representará o PCP no XVI Congresso do Partido Comunista Italiano que tem lugar em Milão entre 2 e 6 de Março.

tempo de antena do PCP na RTP1 6.ª feira dia 4 de Março a seguir ao telejornal

Inadmissíveis ingerências

No passado dia 24, a SIP do PCP divulgou o seguinte comunicado:

1. A anunciada realização em Lisboa do Congresso da Internacional Socialista em pleno período eleitoral e a igualmente anunciada visita a Lisboa de uma esquadra da NATO na mesma altura constituem inadmissíveis ingerências e tentativas de pressão externa nas eleições do próximo dia 25 de Abril e seus resultados.

2. A realização em Portugal, em período eleitoral, do referido Congresso da Internacional Socialista constitui um projecto tanto mais escandaloso quanto é certo que aparece como alternativa ao cancelamento da sua prevista realização na Austrália, pedido pelo Partido Trabalhista australiano

em virtude da realização de eleições antecipadas naquele país.

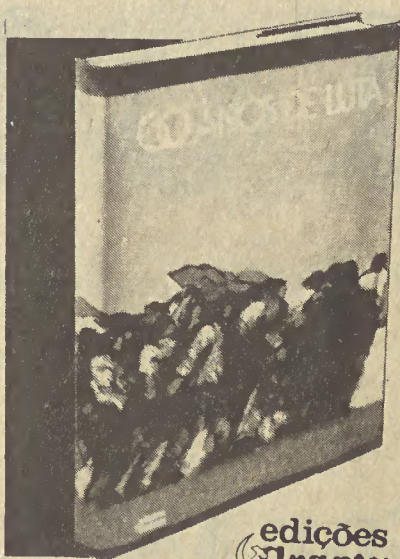
É, em consequência, muito esclarecedor que um facto de natureza idêntica — a realização de eleições — tenha simultaneamente provocado a oposição dos trabalhistas australianos à realização no seu país do congresso da IS e despertado, em contrapartida, a tradicional sede de aproveitamento de pressões externas pelo Partido Socialista em Portugal.

3. A confirmar-se a realização em Abril, em Portugal, do Congresso da Internacional Socialista, confia-se que o povo português, cuja maturidade política é superior à que os dirigentes do PS lhe atribuem, não deixará de manifestar uma severo juízo político e moral tanto sobre um partido português que,

Na Conferência Nacional do PCP

Grande Exposição-Venda de Livros

Em promoção o livro 60 ANOS DE LUTA



Se ainda não comprou aproveite!

edições Avante!

Iniciativas

Dada a importância que as eleições antecipadas para a Assembleia da República assumem na actual situação política, a APU, leva a efeito, hoje, às 21 horas, no Centro de Trabalho do PCP em Viseu, uma conferência de imprensa para apresentação dos seus candidatos pelo distrito de Viseu.

A APU realiza, em Portalegre, na Sociedade Euterpe, pelas 17,30 de dia 4, uma conferência de imprensa com o seu candidato. O objectivo desta conferência é a apresentação do programa.

O Plenário de activistas da APU da Freguesia de Carnide, reúne-se dia 4, pelas 21 horas, na sala de reuniões da Junta de Freguesia. A ordem de trabalhos inclui dois pontos: funcionamento dos órgãos autárquicos e eleições legislativas.

Aveiro

Dia 3 — Zita Seabra e Manuel Matos estarão no Centro Regional de Segurança Social de Aveiro, visitando igualmente a direcção escolar distrital.

Dia 6 — Almoço comemorativo do aniversário do Partido.

Dia 8 — Iniciativas dedicadas ao Dia da Mulher, em Ovar, Aveiro, Freixo e Ilhavo.

Dia 9 — Iniciativa dedicada ao Dia da Mulher, no Centro de Trabalho de Aveiro.

Dia 10 — Os candidatos Zita Seabra e Manuel Matos, e o mineiro Manuel Rodrigues, passarão todo o dia na mina do Pejão.

Proletários de todos os países: UNI-VOS!

O jornal dos trabalhadores da democracia e do socialismo

PROPRIEDADE: Partido Comunista Português, Rua Soares Pereira Gomes

ADMINISTRAÇÃO: Editorial Avante, R. Miguel Bombarda, 573-D, 1000 Lisboa Tel. 769744/769751.

DIRECÇÃO E REDACÇÃO: Rua Soares Pereira Gomes — 1699 Lisboa CODEX. Tel. 769725/769722.

DISTRIBUIÇÃO: CDL, Central Distribuidora Livreira, SARL, Serviços Centrais: Av. Santos Dumont, 57 — 2.º — 1000 Lisboa. Tel. 779826/779825/769751.

Casa da Venda em Lisboa: Rua do Sécuro, 80 — 1200 Lisboa. Tel. 372238.

Delegação do Norte: Centro Distribuidor do Norte: R. Miguel Bombarda, 578 — 4000 Porto. Tel. 693908.

Centro Distribuidor de Coimbra: Rua 1.º de Maio, 186, Pedrulha — 3000 Coimbra. Tel. 31296.

Delegação do Sul: Centro Distribuidor de Évora: Alarcova de Baixo, 13 — 7000 Évora. Tel. 26361.

Centro Distribuidor de Faro: Rua 1.º de Dezembro, 23 — 8000 Faro. Tel. 24417.

ASSINATURAS: Av. Santos Dumont, 57-2.º Esq.º — 1000 Lisboa. Tel. 779828.

PUBLICIDADE CENTRAL: Av. Santos Dumont, 63-A — 1000 Lisboa. Tel. 776936/776750. Porto — Rua do Almada, 18-2.º Esq.º — 4000 Porto. Tel. 381067.

EXPEDIÇÃO: R. João de Deus, 24 — Venda Nova — 2700 Amadora. Tel. 900044.

Composto e Impresso na Heská Portuguesa — R. Elias Garcia, 27 — Venda Nova — 2700 Amadora.

Depósito legal n.º 205/82 Tiragem do mês de Fevereiro: 47 437

PCP

CANDIDATOS APU

Aveiro

Zita Seabra, membro do CC do PCP, 33 anos
Manuel Matos, PCP, 44 anos, professor do secundário
Manuel Freire, MDP, 40 anos, poeta e cantor
Joaquim Almeida, PCP, 33 anos, dirigente sindical
José Henriques Ribeiro, PCP, 39 anos, professor
Flávio Larangeira, PCP, 41 anos, médico
Casal Ribeiro, PCP, 54 anos, engenheiro técnico
Maria José Senos, independente, 45 anos, professora
Manuel Vaz Serra, PCP, 35 anos, professor
Carlos Doumond Esmeraldo, PCP, 44 anos, engenheiro técnico
Ferreira Mendes, PCP, 41 anos, dirigente sindical
José Catarino, 37 anos, operário metalúrgico
João Matias Vasconcelos, PCP, 38 anos, professor
Luís Carlos, MDP, 41 anos, professor universitário
Manuel Moreira Rodrigues, PCP, 31 anos, dirigente sindical

Beja

José Soeiro Membro do CC do PCP, 34 anos, operário agrícola
Francisco Miguel Duarte, Membro do CC do PCP, 75 anos
Belchior Alves Pereira, PCP, 56 anos, empregado de escritório
Mariana Lanita, PCP, 26 anos, operária agrícola
Luís Bartolomeu Afonso da Palma, MDP, 45 anos, professor

Braga

António Ferreira Lopes, PCP, 35 anos, professor de educação física
Óscar Jordão Pires, PCP, 44 anos, advogado
Albino Gentil Vieira Baptista, MDP
José Manuel de Melo Antunes Mendes, PCP, 34 anos, advogado e escritor
Alfredo Cardoso da Conceição, PCP, 33 anos, operário da Grundig
Alfredo Augusto Casals Baptista, PCP, 36 anos, engenheiro civil
José Manuel Morais Marques, PCP, 36 anos, operário têxtil
Fernando de Jesus Torres de Sá, PCP, 35 anos, advogado
Cândido Capela Dias, PCP, 35 anos, economista
António Santos, MDP
José Carlos Leite da Silva, PCP, 51 anos, empregado bancário
Maria José da Silva Reis, PCP, 31 anos, operária têxtil
Manuel Teixeira Ramos, PCP, 29 anos, operário metalúrgico
António Luís Oliveira da Cunha, PCP, 31 anos, médico
Manuel Martins Costa, PCP, 46 anos, advogado
Júlio Alves Vieira, independente, 33 anos, engenheiro técnico agrário e agricultor

Bragança

Manuel Fernando Barros de Carvalho Salazar, PCP, 39 anos, advogado
Leonor Artur Veloso, independente, 44 anos, subgerente da Caixa Geral de Depósitos de Bragança
Albino Luís de Araújo Mendo, MDP, 63 anos, arquiteto
António Modesto Navarro, PCP, 40 anos, funcionário da Secretaria de Estado da Cultura

Castelo Branco

José Paulo Gascão, PCP, 40 anos, técnico de informática
Luís Pereira Garra, PCP, 26 anos, operário têxtil
Carlos Vale, PCP, 48 anos, comerciante
José Fernandes Lemos, independente, 43 anos, técnico de contas
Ana Rita Teles André, PCP, 29 anos, professora
Victor Teixeira, PCP, 38 anos, empregado bancário

Coimbra

Jaime Serra, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, 62 anos
João Carlos Abrantes, PCP, 37 anos, engenheiro técnico
João Vasco Ribeiro, PCP, 34 anos, engenheiro
Alfredo Misarela, MDP, 59 anos, comerciante
Carlos Batista, PCP, 33 anos, operário da construção naval
Amaro Pereira Jorge, independente, 36 anos, advogado
Manuel Lousã Henriques, PCP, 49 anos, médico
Joaquim Vaz, PCP, 28 anos, operário da EDP
Zé Penicheiro, independente, 61 anos, pintor de arte
Lucinda Júlia Sobral Henriques, PCP, 40 anos, professora do Ensino Secundário
Carlos Marta, PCP, 23 anos, funcionário da Gulbenkian

Évora

António Murteira, membro do CC do PCP, 35 anos, engenheiro técnico agrícola
António Gingão, PCP, 40 anos, operário agrícola
António Vidigal, PCP, 42 anos, médico
João Paulo, PCP, 34 anos, operário metalúrgico
José Madeira, do Secretariado Nacional do MDP/CDE, 47 anos, bancário

Faro

Carlos Brito, membro da Comissão Política do CC do PCP, 49 anos
Margarida Tengarrinha, do CC do PCP, 54 anos
Margarida Ramires Fernandes, MDP/CDE, 40 anos, professora do ensino secundário
Mário Prudêncio, PCP, 35 anos, funcionário da TAP
José Leal, independente, 42 anos, professor do ensino secundário
Álvaro Pereira, PCP, 34 anos, médico
Cândido Marliano, MDP/CDE, 37 anos, bancário

Fernando Amaro, PCP, 30 anos, barman
José Cruz, PCP, 35 anos, bancário

Guarda

Mário do Nascimento Canotilho, PCP, 60 anos, advogado
António José Fonseca Vieira, PCP, 38 anos, empregado de escritório
João Alberto Garcia de Abreu, PCP, 26 anos, operário da construção civil
Maria do Céu Ferreira de Jesus, PCP, 36 anos, empregada têxtil
Amândio de Sena Cunhal de Melo, PCP, 51 anos, empregado de escritório

Leiria

Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP, 65 anos
Raúl Ferreira, PCP, operário vidreiro
Belmiro Alves, PCP, pescador
José Domingos Rosa, MDP/CDE, industrial
Isabel Vieira, PCP, professora
Fernando Vendeirinho, PCP, empregado de escritório
Fernando Sobral, PCP, contabilista
Virgínia Timóteo, PCP, empregada
Joaquim Eusébio, PCP, professor
Prates Miguel, independente, advogado
António Carvalho, PCP, funcionário de finanças

Lisboa

Álvaro Cunhal, 69 anos, Secretário-Geral do PCP
José Manuel Tengarrinha, 50 anos, Presidente do MDP/CDE
Octávio Pato, 58 anos, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC do PCP
Anselmo Aníbal, independente, 40 anos, professor
Veiga de Oliveira, Membro do CC do PCP, 54 anos, engenheiro civil
Jerónimo de Sousa, membro do CC do PCP, 35 anos, operário metalúrgico
Alda Nogueira, membro do CC do PCP, 59 anos, professora do ensino secundário
Carlos Carvalhas, membro do CC do PCP, 41 anos, economista
Georgete Ferreira, membro do CC do PCP, 57 anos, operária têxtil
Silva Graça, PCP, 45 anos, investigador
Odete Filipe, PCP, 32 anos, operária metalúrgica
Jorge Lemos, PCP, 31 anos, professor do ensino secundário



João Amaral, PCP, 39 anos, trabalhador da função pública
Manuel Lopes, independente, 39 anos, operário têxtil
José Luís Judas, PCP, 39 anos, empregado de escritório
Helena Tâmega Cidade, MDP, 59 anos, psicóloga escolar
António Gonzalez, independente, 36 anos, técnico de computadores
Octávio Teixeira, PCP, 38 anos, economista
José Magalhães, PCP, 30 anos, advogado
Maria Bastos, PCP, 39 anos, engenheira química
Paulo Areosa Feio, PCP, 28 anos, estudante
Manuel Fernandes, PCP, 32 anos, professor
Silveira Ramos, MDP, 41 anos, engenheiro civil
José Saramago, PCP, 60 anos, escritor
Luís Francisco Rebelo, independente, 58 anos, advogado
Rogério Fernandes, PCP, 49 anos, trabalhador da função pública
Frederico Carvalho, PCP, 47 anos, investigador
Lino Paulo, PCP, 34 anos, sociólogo
António Borge, PCP, 40 anos, jornalista
Flora Gonçalves, PCP, 33 anos, operária
António Bogalho, PCP, 25 anos, operário
Carlos Mendes, PCP, 35 anos, arquiteto
Isabel Baía, independente, 30 anos, locutora
Vicente da Silva, independente, 59 anos, oficial do exército na reserva
Manuel Sá Marques, independente, 59 anos, médico
António Lobo Antunes, independente, 40 anos, médico
António Galhordas, MDP, 51 anos, médico
Joaquim Labaredas, PCP, 38 anos, empregado de escritório
Maria Nogueira, PCP, 22 anos, operária
Isabel Figueiredo, PCP, 39 anos, técnica dos CTT
Maria Guinott, PCP, 37 anos, funcionária da TAP
António Tremoço, PCP, 36 anos, torneiro mecânico
Manuel da Silva, PCP, 39 anos, empregado de seguros
Fernando Fontinha, PCP, 63 anos, conservador do registo predial
Luísa Amorim, PCP, 36 anos, médica
Carlos Machado, PCP, 47 anos, carpinteiro
Rogério Paulo, PCP, 55 anos, actor
Jaime Silvério, PCP, 32 anos, professor de educação física
Maria de Fátima Amaral, PCP, 31 anos, empregada bancária
António da Silva, PCP, 44 anos, telefonista
António Fernandes Moraes, PCP, 41 anos, controlador
Álvaro Dias Pereira, PCP, 44 anos, técnico de produção
António Vilela, PCP, 41 anos, professor de educação física
Fernando Lopes Graça, PCP, 74 anos, músico
José Gomes Ferreira, PCP, 82 anos, escritor
António Mota Redol, MDP, 39 anos, engenheiro

Portalegre

Joaquim Miranda, PCP, 32 anos, economista
Moisés Calado, membro do CC do PCP, 35 anos, operário agrícola
António Ferreira, PCP, 35 anos, funcionário dos CTT
João José Caixado, PCP, 29 anos, economista

Porto

Carlos Costa, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP, 54 anos
Ângelo Veloso, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP, 52 anos
Lino Lima, PCP, 67 anos, advogado
Raul Castro, membro do Secretariado Nacional e vice-presidente da Comissão Nacional do MDP/CDE, 61 anos, advogado
António Mota, membro suplente do Comité Central do PCP, 46 anos, operário metalúrgico
Ilda Figueiredo, PCP, 34 anos, economista, técnica do Sindicato Têxtil do Porto
Gaspar Martins, PCP, 42 anos, empregado bancário
Manuel de Almeida, PCP, 37 anos, operário metalúrgico
António Taborda, membro da Comissão Nacional e do Secretariado Nacional do MDP/CDE, 48 anos, advogado
Henrique Lemos, PCP, 38 anos, técnico de segurança da Petrogal
Armando Teixeira da Silva, PCP, 38 anos, operário gráfico, coordenador do Secretariado Nacional da CGTP-IN
Edgar Correia, membro do Comité Central do PCP, 37 anos, engenheiro
Rosa Dias, membro do Comité Central do PCP, 26 anos, operária têxtil
Artur Sá da Costa, membro da Comissão Nacional e do Secretariado do MDP/CDE, 38 anos, advogado
Óscar Lopes, membro do Comité Central do PCP, 65 anos, professor catedrático da Faculdade de Letras da Universidade do Porto
Virgínia de Moura, PCP, 67 anos, engenheira civil
Álvaro Ferreira Alves, membro da Comissão Nacional do MDP/CDE, 68 anos, médico-cirurgião
Emílio Peres, PCP, 50 anos, médico e professor de nutricaoismo
José Luís Borges Coelho, PCP, 42 anos, professor
Celestino Hora, independente, 39 anos, sacerdote católico e professor
Emídio Ribeiro, PCP, 34 anos
Manuel de Freitas, PCP, 33 anos, afinador-montador têxtil

Carlos Alberto Espadinha, PCP, 38 anos, marítimo
Jorge Patricio, JCP, 24 anos, operário metalúrgico
António José Cardoso da Silva, PCP, 42 anos, engenheiro eletrotécnico
Emília Lúcia Ponte da Fonseca, PCP, 43 anos, empregada de refeitório
Vitor Manuel Marques Fernandes, PCP, 26 anos, electricista
Maria da Conceição Moraes Matias, PCP, 34 anos, empregada de escritório
Amadeu José Silva Penim, MDP, 33 anos, funcionário público
Tília Rodrigues da Fonseca, PCP, 46 anos, assistente social
Manuel da Fonseca, PCP, 71 anos, escritor
Celeste da Piedade Figueiredo, PCP, 46 anos, auxiliar de salsicharia
José Luís Lopes Pereira, PCP, 42 anos, empregado bancário

Viana do Castelo

Maurício Soares da Cunha e Sousa, PCP, 40 anos, Inspector Geral Escolar
Henrique de Sousa, Membro do CC do PCP, 31 anos
Domingos Gonçalves Bezerra, MDP, 49 anos, engenheiro
António Cândido Sousa Fernandes, PCP, 60, anos, médico
Edmar José dos Santos Oliveira, PCP, 42 anos, metalúrgico
António José Rodrigues Soares Basto, MDP, 35 anos, técnico de desenho

Vila Real

Cunha Serra, Independente, 64 anos, engenheiro
Agostinho Lopes, Membro do CC do PCP, 37 anos, engenheiro químico
Manuel Diogo Silva Ferreira, PCP, 39 anos, professor
Cecília Sevilas, PCP, 32 anos, médica
José Lestra Gonçalves, PCP, advogado
Virgílio Alves, PCP, 33 anos, engenheiro zootécnico

Viseu

Jaime Grañheiro, PCP, 52 anos, advogado
Manuel Figueira Ortigão, independente, 56 anos, comerciante
António Pereira Bica, PCP, 44 anos, advogado
Amadeu Batista Ferro, MDP, 67 anos, veterinário
Diamantino Teixeira Furtado, independente, 70 anos, médico
António Fernandes Monteiro, PCP, 33 anos, operário da construção civil
António Ferreira Figueiredo, MDP, 52 anos, agricultor
Manuel Maria Florindo, independente, 33 anos, veterinário
Maria Tereza Pedra, PCP, 43 anos, professora
Fausto Conceição Lima, independente, 45 anos, agente sanitário

Madeira

Mário Aguiar, PCP, 41 anos, empregado de escritório
Leonel Nunes, independente, 33 anos, dirigente sindical
Ana Nunes, PCP, 30 anos, médica
Jorge Ladeira, independente, 30 anos, técnico de radiologia
Isaac Ladeira, independente, 35 anos, bancário e treinador de futebol

Açores

Luís Carlos Decq Mota, PCP, 65 anos, médico
Esmeralda Reis Pacheco, MDP/CDE, 31 anos, funcionária da administração regional
Manuel Gonçalves dos Santos, independente, 44 anos, comerciante
Maria Lúcia de Sousa Lino, PCP, 51 anos, empregada comercial
Eusébio Machado Cabral, PCP, 47 anos, funcionário da administração local

Emigração Europa

José Corseiro, independente, 53 anos, assistente social na RFA
João Ramos, PCP, 35 anos, operário em França

Emigração fora da Europa

Vasco Grandão Ramos, PCP, 47 anos, advogado na RP de Angola
António Bravo, independente, 63 anos, industrial no Brasil (Rio de Janeiro)

No próximo número o «Avante!» completará a divulgação das listas da APU com a publicação dos candidatos suplentes de todos os círculos eleitorais

Tudo a postos para a Conferência Nacional

Culminando uma vasta actividade preparatória, que em inúmeras reuniões, plenários e outras sessões de trabalho, mobilizou milhares de militantes comunistas, realiza-se no próximo sábado, dia 5, no Pavilhão dos Desportos de Lisboa, a Conferência Nacional do Partido Comunista Português para definição das grandes orientações do PCP na batalha eleitoral e na construção da alternativa democrática que o País necessita.

A Conferência, que se efectua na véspera do 62.º aniversário da fundação do Partido, contará com a presença de mil delegados eleitos pelas organizações em todo o País e cerca de quatro mil convidados. Foram também dirigidos convites a todas as forças políticas com assento na Assembleia da República, a personalidades da vida democrática, associações profissionais, sindicatos, etc.

Os trabalhos da Conferência decorrerão em três sessões: das 10 e 30 às 13 horas; das 15 às 16 e 30; e das 17 às 19 horas.

As intervenções de abertura e de encerramento estarão a cargo do secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal. Os delegados à Conferência Nacional irão votar uma Proclamação que defina a orientação do PCP para as eleições e para a alternativa democrática.

Recorde-se que tendo em vista a elaboração do projecto de Proclamação a submeter à Conferência, o CC apresentou para apreciação e debate em todas as organizações do Partido um conjunto de oito **Teses**, que foram vivamente analisadas e discutidas, merecendo da parte dos militantes numerosos contributos para o seu enriquecimento.

Situação política debatida pela DORL

Na sua reunião da passada sexta-feira, a Direcção da Organização Regional de Lisboa discutiu a situação política e a preparação da campanha eleitoral, assim como a situação social no distrito.

No que respeita à situação social:

A DORL do PCP decidiu saudar as lutas travadas no distrito por milhares de trabalhadores contra a tentativa de impor o tecto salarial, contra a tentativa de cortes de regalias, pela defesa dos postos de trabalho.

A DORL do PCP salienta a total responsabilidade do Governo nas sucessivas greves dos transportes. A falta de resposta às propostas construtivas apresentadas pelos trabalhadores, a não realização de qualquer reunião para as discutir, a falta de compromissos assumidos, são demonstração clara de que o Governo AD (PSD/CDS) continua a sua política de provocação aos interesses dos trabalhadores e de menosprezo pelos utentes dos transportes. O Governo prefere gastar milhares de contos nos chamados «alternativos» cada vez mais alvo de suspeitas de corrupção, em vez de aplicar as verbas nas actualizações salariais, que os trabalhadores justamente reclamam. Os divisionistas, designadamente da UGT, têm procurado lançar a confusão no seio dos trabalhadores e das populações, apresentando alguns casos, por exemplo no Metro, ao lado das Administrações, em medidas anti-greve.

A DORL constatou o êxito que tem constituído nas empresas o trabalho preparatório do IV Congresso da CGTP-IN, e uma vez mais se confirma como a única e grande central

sindical dos trabalhadores portugueses.

A DORL analisou a situação dos agricultores, em particular, a dos produtores de vinho, vítimas da acção concertada do Governo, da Federação das Adegas Cooperativas, dos grandes intermediários e armazénistas; e discutiu, ainda, a situação dos comerciantes e a deterioração rápida da sua actividade, nomeadamente com a aplicação dos Decretos dos novos arrendamentos comerciais, o agravamento de impostos e de taxas e licenças camarárias e a queda acentuada do volume de vendas em resultado do constante aumento de preços.

No que respeita ao próximo **acto eleitoral**, a DORL do PCP destaca que aprovou os candidatos incluídos por parte do PCP na lista da APU pelo círculo de Lisboa e que, concluída a fase de discussão interna, definiu vários aspectos do desenvolvimento e intensificação da campanha pré-eleitoral e as realizações de abertura e encerramento da campanha.

Fez um balanço do trabalho preparatório da Conferência Nacional do PCP no que respeita à discussão e propostas de alteração às Teses, à eleição de Delegados e designação de convidados e decidiu sobre a campanha de esclarecimento a realizar, que em termos gerais, quer dirigida a sectores específicos.

A DORL decidiu ainda, realizar um grande comício em Lisboa no dia 19 de Março.

Concelho de Cantanhede

Para os próximos dias estão marcadas várias reuniões no concelho de Cantanhede.

Hoje, às 20 e 30, no salão novo do Centro Desportivo e Cultural do Murte de Cantanhede. Amanhã, às 21 h, em Ançã. No domingo, às 14 h, no Zambujal, reunião de activistas da APU.

Visita à Lusallite

Hoje, o camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do CC do PCP, visita às 15 horas às instalações fabris da Lusallite na Cruz Quebrada.

No final da visita, haverá um encontro com os trabalhadores, para debate da situação política e laboral.

Exposição artística no Bonfim

Por iniciativa da comissão de Freguesia do Bonfim, vai realizar-se de 19 a 30 de Março, no CT Guilherme da Costa Carvalhal, uma exposição de trabalhos de artistas amadores.

Os trabalhos, que deverão ser entregues no referido centro de trabalho até 11 de Março e que serão seleccionados por um júri de 5 elementos, poderão ser vendidos. Do resulta-

do da venda, 30 por cento reverterão para a organização de freguesia do Bonfim e os restantes 70 por cento para o autor.

Se a quantidade e qualidade dos trabalhos o justificar, será organizada uma outra exposição, desta feita no salão nobre da Junta de Freguesia do Bonfim.

Comemorar o 62.º aniversário do PCP Preparar a batalha eleitoral

● Algarve

Várias realizações de convívio estão marcadas no Algarve para dia 6 de Março, data do aniversário do Partido, durante as quais se procurará discutir os resultados da Conferência Nacional do PCP, tendo em vista igualmente preparar as eleições de 25 de Abril próximo.

Domingo, vão realizar-se as seguintes iniciativas: **Faro**: almoço-convívio nas instalações da Copofa, organizado pela JCP e pelo organismo das mulheres comunistas, durante o qual intervirá o camarada C. Luis Figueira, membro do CC do PCP. **Portimão**: almoço-convívio, nas instalações do

mercado 25 de Abril, durante o qual intervirá Margarida Tengerinha, membro do CC do PCP e candidata pelo distrito às próximas eleições. **Silves**: convívio no Centro de Trabalho às 15 horas durante o qual intervirá o camarada José Vitoriano, membro da Comissão Política do Comité Central. **Messines**: almoço-convívio nas instalações do novo Centro de Trabalho do PCP, durante o qual intervirá o camarada José Vitoriano, membro da CP do Comité Central do PCP. **Albufeira**: convívio no CT às 15 horas com a participação de Carlos Brito, membro da CP do CC do PCP e cabeça de lista pelo distrito às próximas eleições. **Quarteira**: convívio no CT às 15 horas. **Olhão**: convívio no

CT com um almoço promovido pelo organismo da construção civil e durante o qual intervirá o camarada J. Castanheira, membro da DORL do PCP.

● Sobral de M.ª Agraço

No próximo domingo, a partir das 15 horas, realiza-se uma sessão-festa na garagem do camarada João Fernando Simões, na rua dos Lusíadas, em **Sobral de Monte Agraço**.

A iniciativa é promovida pela Comissão Concelhia do PCP. O camarada Manuel Pedro, membro do CC, estará presente e fará uma intervenção sobre as conclusões da Conferência Nacional.

Não te esqueças de levar o petisco.

● Montijo

Nos armazéns da Rua Agostinho Fortes no Montijo, realiza-se no domingo um programa comemorativo que inclui almoço-convívio (13 horas), intervenção política por José Vitoriano (15 horas) e sessão de fados (16 horas). A marcação de mesas funciona no CT do Partido.

● Santarém

Foi organizado um almoço-convívio na Casa do Campino, para domingo, às 13 horas, na cidade de Santarém.

● Beja

A Comissão Concelhia de Beja do PCP leva a efeito no domingo, às 19 e 30, um jantar-convívio no salão dos Bombeiros Voluntários.

No período de intervenções participaram os camaradas Francisco Miguel, deputado do PCP na AR, e José Soeiro, cabeça de lista da APU pelo círculo eleitoral de Beja.

O grupo musical «Semente à Terra» estará presente para animar esta jornada de convívio. As inscrições funcionam no CT de Beja.

● Almada

A Comissão de Fundos da Romelra realiza no próximo sábado, às 19 horas, no pavilhão da localidade uma jornada de convívio com jantar e exibição do filme «60 anos de luta ao serviço do Povo e da Pátria». Participará o camarada Américo Leal, do Comité Central.

No CT do Laranjeiro, a partir das 15 horas de domingo, decorrerá uma sessão em que será exibido o filme já mencionado, estando também prevista uma intervenção do camarada Miguel Bernades, da Concelhia de Almada.

Entretanto, no Feijó, com início às 21 horas, no domingo, será exibido no CT do Partido aquele filme. Haverá uma intervenção por um camarada da CC.

Plenário concelhio em Almada

Sob o lema «Para a solução dos problemas nacionais — PCP no Governo», realizou-se no último sábado, nas instalações da Academia Almada, um plenário de quadros comunistas do concelho de Almada.

Presentes 304 delegados de organizações diversas, incluindo as de freguesia, locais e de empresas, tendo sido registadas cerca de três dezenas de intervenções. O debate focou essencialmente questões relacionadas com a participação dos militantes comunistas no processo preparatório das eleições.

As conclusões, aprovadas por unanimidade e aclamação, apontam como objectivos fundamentais o empenho dos militantes do concelho nas tarefas da batalha eleitoral para que seja possível alcançar, no distrito de Setúbal, 200 mil votos para a APU e o seu 10.º deputado neste círculo. No concelho de Almada o grande objectivo

é subir a votação para 43 mil votos, tendo em vista o reforço da presença do PCP na Assembleia da República.

Igualmente por unanimidade e aclamação foram aprovadas moções em que se salienta o importante papel da luta das massas trabalhadoras, destacando-se o caso da indústria naval e reafirmando-se o significado das lutas operárias e dos trabalhadores do País para o afastamento definitivo dos partidos reaccionários da área do Poder.

No decorrer dos trabalhos foram ainda aclamadas de pe moções de saudação ao IV Congresso da CGTP-IN e à Conferência Nacional do PCP de 5 de Março.

Na mesa que presidiu ao plenário, além dos membros do executivo da Comissão Concelhia, encontravam-se os camaradas Joaquim Gomes, membro da Comissão Política e do Secretariado do CC, e João Pedro, da DORS.



Joaquim Gomes intervindo no plenário de quadros comunistas do concelho de Almada

No concelho de Almada estão marcados os seguintes plenários de organizações do PCP:

Hoje, às 18 horas, plenário de trabalhadores comunistas da Companhia Portuguesa de Pescas, da Parry B Son e da Sociedade de Reparação de Navios.

Amanhã, às 21 horas, plenários das organizações da Costa da Caparica, de Almada e da Sobreda.

Bancários de Lisboa

Realizou-se na passada sexta-feira a reunião mensal do organismo de direcção dos bancários de Lisboa durante a qual se fez a análise da situação política a partir da discussão das teses para a Conferência Nacional.

Os camaradas transmitiram as opiniões vindas das discussões feitas nas várias assem-

bleias de célula realizadas, salientando o acordo das organizações em relação ao documento na globalidade, depois de debates considerados pelo organismo muito ricos.

Foi evidenciada a importância da 6.ª tese na actual situação e a compreensão dos camaradas da necessidade urgente da sua concretização.

1.ª Assembleia da Orni da Ilha do Faial

Vai realizar-se na segunda quinzena deste mês, na cidade da Horta, a primeira Assembleia de Organização da Ilha do Faial do Partido Comunista Português.

Trata-se da primeira Assembleia de Ilha da Região a ter lugar no seguimento das conclusões da 1.ª Assembleia da Organização da Região Autónoma dos Açores do PCP efectuada em fins de 1981.

O órgão máximo dos comunistas faialenses irá, como lhe compete, analisar o trabalho realizado, examinar o funcionamento interno da organização e definir as linhas de orientação futura. Na mesma ocasião serão eleitos os futuros dirigentes locais do Partido.

Será a primeira vez que uma força política do Faial procederá em termos públicos a elaboração

Zona de Lisboa

3.ª Assembleia da Célula do PCP: «Defender a CP, empresa nacionalizada Reforçar a organização»

A CP é a maior empresa nacionalizada do Sector de Transportes e assume uma importância vital para a economia nacional devido à sua característica essencial de transporte de pessoas e mercadorias. Encontramo-nos num período da vida política nacional que culmina uma grande acção ofensiva das forças reaccionárias e dos seus sucessivos governos da «AD» e que visa desmantelar e destruir as empresas nacionalizadas designadamente as do sector de transportes, entregando-as à iniciativa privada, de modo a contribuir para repor o poder dos monopólios.

Fruto da luta dos trabalhadores e do povo português, este período saldou-se por uma estrondosa derrota da «AD» e desta política.

A CP não fugiu a esta acção, que se desenvolve em dois campos distintos, por um lado através da acção persistente de asfixia económica e financeira da Empresa pelos sucessivos governos da «AD», que culminou com o recente decreto-lei n.º 63/83, que mais não visa do que aniquilar os caminhos de ferro em Portugal, e por outro lado com uma fortíssima acção de divisão dos trabalhadores ferroviários, através de sindicatos paralelos com direcções directamente comandadas pela «AD», para sabotar a unidade e as justas lutas dos ferroviários.

A luta para defender a CP, empresa nacionalizada, está intimamente ligada à luta em defesa da democracia e dos direitos dos trabalhadores.

Com a estrondosa derrota da «AD» e com a realização de eleições antecipadas em 25 de Abril, criaram-se condições para que estes objectivos sejam conseguidos. Neste momento uma direcção de trabalho fundamental é a relacionada com as eleições antecipadas, pelo que se torna importantíssimo o total empenhamento da nossa Célula. Assim, o reforço da organização do Partido, o reforço do trabalho da nossa Célula é a condição necessária e fundamental para dar resposta às importantes lutas que se perspectivam.

Esta breve passagem do texto da **Resolução Final** pode dar uma ideia das preocupações e das prioridades que, no contexto da sua acção, a célula dos trabalhadores comunistas da CP (zona de Lisboa) define neste momento. Foi o que se passou no último sábado, dia 26, na 3.ª Assembleia dessa célula, cujos trabalhos decorreram no Salão das Furnas, a Sete Rios, em Lisboa.

Presentes 76 delegados e dezenas de convidados. Durante a Assembleia, que funcionou de manhã e de tarde, registaram-se mais de 30 intervenções de militantes comunistas da empresa, ao longo dos três pontos da ordem de trabalhos aprovada: apresentação, discussão e votação do Relatório e da Resolução Final; eleição do novo secretariado de célula; e eleição dos delegados e convidados à Conferência Nacional de 5 de Março.

Depois dum nota de introdução (com a qual abrimos este artigo), a Resolução aprovada pela Assembleia salienta questões muito importantes nos seguintes temas: «defender a CP, empresa nacionalizada» e «reforçar o trabalho da célula». Neste último tema são tomadas posições sobre o trabalho de direcção, recrutamento, estruturação, comissões específicas, formação ideológica, lutas, trabalho unitário, informação e propaganda, difusão de publicações, reforço e alargamento do Partido, etc.

«As linhas de orientação apresentadas no Relatório de Actividade — lê-se no fim do texto — e que foram sintetizadas nesta resolução final, devem ser um instrumento valioso nas mãos de todos os comunistas e para a nossa organização».

«A sua aplicação será o único caminho correcto para contribuir para o reforço e alargamento do Partido e consequentemente para a defesa do regime saído do 25 de Abril, abrindo o caminho a uma alternativa democrática só possível com o

PCP no governo para resolver os problemas nacionais.»

Realizada sob o lema «Em defesa da democracia, defender a CP — empresa nacionalizada, reforçar a organização», a 3.ª Assembleia da célula do PCP revelou, além dum boa organização dos trabalhos, uma profunda ligação e conhecimento dos problemas da empresa, patentes nas intervenções e nos próprios documentos, nomeadamente o Relatório de Actividade, onde se analisa com objectividade a situação da CP (particularmente na zona de Lisboa), com elementos variados e se apresentam propostas para a defesa, desenvolvimento e valorização da empresa e dos seus serviços, no contexto da economia nacional e da política de transportes.

A necessidade de reforçar o Partido, tendo em conta as deficiências e os aspectos positivos actuais; e a profunda ligação dos comunistas à luta dos trabalhadores ferroviários; foram aspectos bem salientes no decorrer da Conferência. No âmbito das questões sindicais e laborais, os comunistas da CP realçam o papel das estruturas unitárias e denunciam as



Uma Assembleia combativa, que evidenciou a profunda ligação e conhecimento dos problemas da empresa

manobras dos divisionistas. No Relatório aprovado pode ler-se a dado passo:

«O divisionismo é incrementado (...) na base da trindade Governo-Patronato (ou Conselhos de Gerência que lhes são afectos) — Sindicatos paralelos e é um fenómeno extremamente ligado à situação política. Sendo a CP uma empresa estratégica, a reacção investiu aqui fortemente».

E no parágrafo seguinte: «Os sindicatos paralelos na CP como em toda a parte são inimigos jurados dos trabalhadores, incluindo dos seus próprios associados, são criados com o fim de dividir e de desempenhar um papel de traição e portanto com quem o diálogo representa o mesmo que entendimentos com o patronato».

«Os sindicatos unitários continuam a representar a esmagadora maioria dos ferroviários, têm em relação a eles um papel dirigente, de vanguarda, que pensamos devem assumir em relação ao seu conjunto».

O novo secretariado de célula, eleito na Assembleia, é constituído por 21 elementos (18 homens e 3 mulheres).

O camarada Dias Lourenço, membro da Comissão Política do Comité Central do PCP encerrou os trabalhos referindo as questões da organização; salientou a importância da CP no plano económico e social e o seu estatuto de grande empresa nacionalizada; falou da luta e da unidade dos trabalhadores ferroviários em defesa da empresa e contra o tecto salarial, tendo abordado também a situação política actual.

Actividades a desenvolver

Ao nível unitário impõe-se:

- **Reforçar a organização sindical;**
- **Caracterizar bem a origem do divisionismo, donde é que ele partiu e quem o fomenta, de modo a esclarecer os trabalhadores ferroviários de quem são os responsáveis pelo mesmo, não criando quaisquer ilusões a um possível diálogo com as direcções dos sindicatos paralelos, cujos mentores são inimigos jurados dos trabalhadores;**
- **Definir as linhas de acção mais correctas e coerentes de combate ao divisionismo;**
- **Melhorar a rede de delegados sindicais e eleger os respectivos secretariados das delegações;**
- **Cooperar com a Comissão de Trabalhadores Central e Sub-Comissões de Trabalhadores em questões em que se exija a participação das duas estruturas;**
- **Levar a cabo uma grande campanha de sindicalização nos sindicatos ferroviários.**

A nível do trabalho do Partido impõe-se:

- **Garantir o acompanhamento do Partido nesta frente de trabalho através de um responsável no Secretariado da Célula;**
- **Criar e pôr a funcionar a respectiva comissão específica;**
- **Discutir esta frente regularmente no Secretariado da Célula e em toda a Célula.**

(Da Resolução aprovada)

Castelo Branco

Encontro na Covilhã

Vai realizar-se no próximo dia 13 o 2.º Encontro Distrital de Castelo Branco da Juventude Comunista Portuguesa. Os seus trabalhos decorrerão nas instalações do CT do PCP na cidade da Covilhã, prevendo-se a participação de cerca de 60 quadros.

O Encontro irá debater as seguintes questões: eleição da nova Comissão Distrital, plano de actividades para o ano em curso e intervenção da JCP na batalha eleitoral.

No âmbito da actividade preparatória desse Encontro reali-

zaram-se já e estão ainda previstas várias reuniões de militantes, nomeadamente na cidade de Castelo Branco e nas vilas de Belmonte, Penamacor, Fundão e Idanha.

A 19 deste mês decorrerá na Covilhã um encontro concelhio em que serão apresentadas as conclusões da jornada distrital e onde será eleita a nova Comissão Concelhia da JCP.

Baixo Mondego

Vai realizar-se no dia 12 de Março, em Montemor-o-Velho, um encontro de jovens do Baixo Mondego.

Organizado pelo PCP e JCP, o encontro tem como lema «Juventude Constrói o Futuro — Juventude escolhe a APU»

Declaração de Álvaro Cunhal

Na passada segunda-feira, o secretário-geral do PCP, camarada Álvaro Cunhal, fez a seguinte declaração à imprensa, no decorrer de um encontro com jornalistas realizado no Centro de Trabalho da Rua Soeiro Pereira Gomes:

1. A Comissão Política do Comité Central do PCP, na sua reunião que acaba de realizar-se, examinou atentamente a evolução da situação política na perspectiva das eleições para a Assembleia da República a realizar no próximo dia 25 de Abril.

2. Os Congressos do PSD e do CDS — os conflitos e verdadeiras guerras de dirigentes, a demissão e a substituição conflituosa dos chefes — são congressos de partidos derrotados, procurando em desordem novas linhas de defesa e cuja pretensão a continuarem sendo partidos de Governo perdeu qualquer credibilidade.

A «AD» desapareceu como coligação e o PSD e o CDS estão irremediavelmente condenados a serem uma minoria na AR como resultado das próximas eleições.

3. A Comissão Política sublinha que o que se passa no PS, com os graves conflitos internos, a exclusão das listas de destacados militantes do ex-secretariado, e a recusa de muitos a participarem nas listas, tem dois significados essenciais:

— Confirma a intenção de Mário Soares de fazer após as eleições uma aliança governamental com o PSD alargada ou não ao CDS.

— Confirma a existência no PS de uma forte corrente contrária a uma tal aliança e partidária de uma solução democrática.

Esta situação indica claramente que, nas condições existentes, o PS não constitui qualquer alternativa.

4. Em contraste com tais congressos e reuniões do PSD, do CDS e do PS — o PCP, unido e sereno, trabalha esforçadamente na elaboração de uma política nacional e na preparação da Conferência Nacional do Partido a realizar em 5 de Março.

As Teses apresentadas pelo CC para a Conferência Nacional estão a ser examinadas e debatidas em reuniões em que participam, no total, dezenas de milhares de militantes, numa poderosa expressão da vontade colectiva e da democracia interna do Partido.

Não pode deixar de sublinhar-se o contraste entre estas características da situação e da acção do PCP, e as divisões, as perseguições e as guerras internas que se verificam no PSD, no CDS e no PS — que, ao contrário do que esses partidos afirmam, são manifestações explosivas da ausência de métodos democráticos no seu funcionamento.

5. A evolução da situação política e os últimos acontecimentos confirmam que o aumento considerável da votação na APU e do número de deputados do PCP, do MDP e independentes coligados na APU constituem condição indispensável para possibilitar e viabilizar uma alternativa democrática.

6. A Comissão Política verificou que a actividade pré-eleitoral e a preparação da Conferência Nacional do PCP no dia 5 de Março, mostram uma extraordinária receptividade que estão encontrando as Teses apresentadas pelo Comité Central.

Desperta particular aprovação a tese relativa à necessidade da participação do PCP no governo para a saída da crise, a solução dos problemas nacionais e a consolidação definitiva do regime democrático.

7. A Comissão Política chama uma vez mais a atenção para o facto de que a permanência do Governo «AD» neste período pré-eleitoral compromete gravemente a democraticidade das próximas eleições.

A Comissão Política chama a atenção para a escandalosa monopolização e manipulação eleitoralista pela «AD» dos meios de comunicação social estatizados e o sistemático silêncio sobre as posições e actividades do PCP.

A Comissão Política insiste na necessidade de se corrigir urgentemente uma tal situação.

8. Na base do exame da evolução da situação política e da actividade pré-eleitoral do PCP, a Comissão Política concluiu na reunião de hoje que estão criadas condições fundamentais para uma estrondosa derrota dos partidos da «AD» nas próximas eleições, e para uma vitória da APU, indispensável para abrir caminho a uma alternativa democrática.

Madeira

No decorrer de uma conferência de imprensa realizada na cidade do Funchal, no intervalo de uma reunião de quadros da DORAM do PCP, foi divulgada a lista de candidatos da Aliança Povo Unido às eleições para a Assembleia da República pelo círculo eleitoral da Região Autónoma da Madeira. Na ocasião, foram ainda abordados aspectos que estavam em debate na referida reunião e que mais tarde dariam origem a um breve documento de conclusões:

«O plenário regional de quadros do PCP, analisando as possibilidades reais da APU na Região, afirma a sua total disposição de levar por diante uma forte campanha de esclarecimento, que torne claro a importância de uma grande votação na APU e que o voto na APU será a demonstração do repúdio pela política do Governo Regional sem perspectivas nem criatividade para o futuro, sempre dependente do Orçamento Geral do Estado e da submissão ao estrangeiro».

«Acrescentam os comunistas madeirenses: «No que respeita ao chamado voto útil no PS, também na Região não é difícil demonstrar

que o voto no PS é um voto na insegurança, um voto na incerteza.

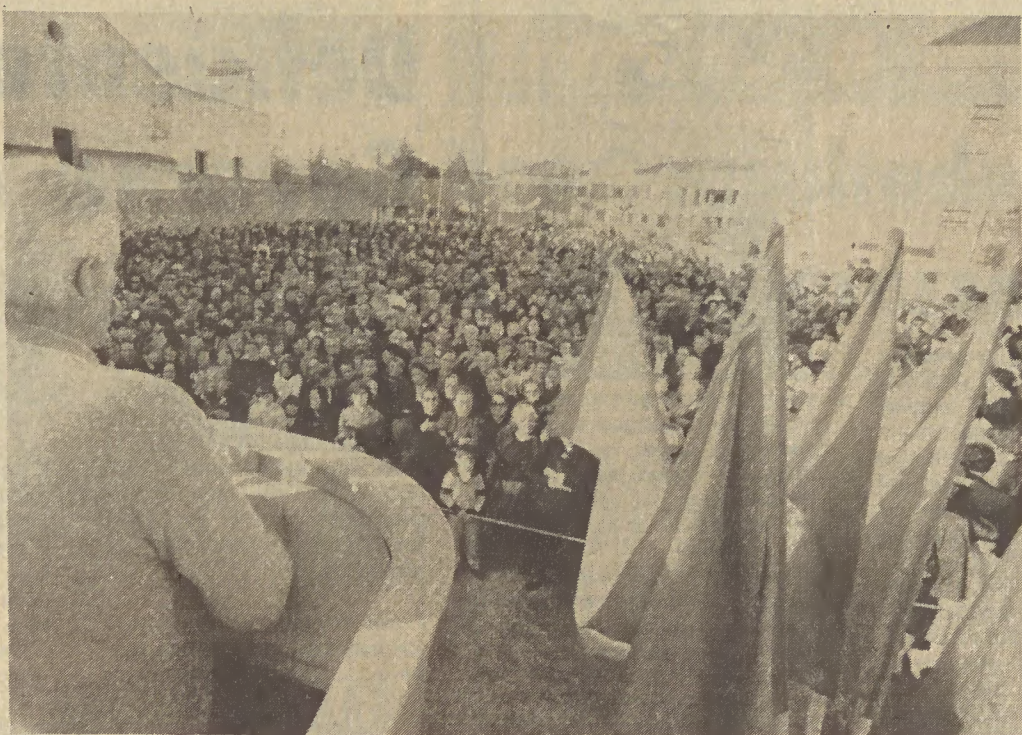
«Tudo indica que o PS está também na Região desejoso de uma aliança com o PPD/PSD.

«O exemplo recente do que aconteceu em S. Luzia é bem a amostra do rumo que o PS dá aos seus votos e de desrespeito pelos seus eleitores.

«Uma forte votação na APU ao nível da Região contribui para o reforço da votação nacional e é um passo em frente na implantação, influência e possibilidades de luta em defesa dos interesses dos trabalhadores e do povo da Região em geral».

farão também para dar um forte contributo para o reforço da actividade e da capacidade de acção do sector democrático local.

Nos trabalhos da Assembleia participaram dezenas de delegados, que serão eleitos pelas diversas organizações faialenses do Partido e ainda candidatos locais, regionais e nacionais.



Nos dois extremos da deslocação — Campo Maior, à esquerda, e Covilhã à direita — as sessões realizadas tiveram ampla participação popular. Na sessão de esclarecimento da Covilhã foi enorme a quantidade e a variedade das questões colocadas e às quais o camarada Álvaro respondeu



«PSD e CDS só ficam no Governo se o PS lhes der uma ajuda»

— esclareceu Álvaro Cunhal nos distritos de Castelo Branco e Portalegre

Dois dias e meio nos distritos de Castelo Branco e Portalegre, com cerca de mil quilómetros percorridos, e onde participou em nove sessões e seis visitas — eis como poderíamos definir, em breve balanço estatístico, a deslocação do camarada Álvaro Cunhal, secretário-geral do PCP, durante o último fim-de-semana.

Dois distritos onde as possibilidades de a APU aumentar o número de deputados é francamente animador. Em Castelo Branco, (e por esta cidade da Beira Baixa se iniciou a deslocação) meter o primeiro deputado é facto assente. Em Portalegre, onde a APU já tinha um deputado, também os resultados das últimas eleições autárquicas revelam que aí se pode avançar para um segundo.

Como dissemos a primeira sessão foi em Castelo Branco. Na sexta-feira à noite, com o ginásio do liceu cheio, vários foram os temas abordados por Álvaro Cunhal, que na mesa se fazia acompanhar por José Paulo Gascão, cabeça de lista da APU pelo distrito e Luís Pereira Garra, segundo da lista, para além de outros camaradas.

Visita que não foi de urgência ao Hospital do Fundão

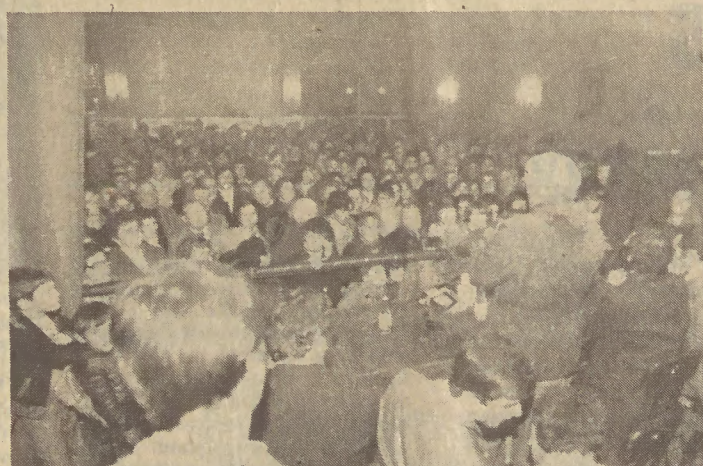
O Hospital concelhio do Fundão foi no dia seguinte, de manhã, visitado pelo secretário-geral do PCP. Visita demorada, o dirigente comunista foi recebido por dois elementos da Comissão Instaladora, António Reis e Lídia Amaral e ainda pelo primeiro vereador da APU naquela câmara, José Pais.

Hospital com quase trinta anos de existência, parece no entanto ter sido inaugurado há poucos dias tal o asseio que dele ressaltava.

António Reis não esconde o orgulho de tal qualidade e esclarece para que não haja dúvidas: «É o hospital mais lim-

de urgências; 7472 radiografias; 40 118 análises; 222 partos.

No final da visita o camarada Álvaro Cunhal sublinhou o espírito de equipa que se fazia



Também em Tortosendo, o secretário-geral do PCP visitou a impressionante sede do Unidos Futebol Clube, participando depois num breve comício que decorreu no salão principal

notar e o empenhamento que era visível em todos os trabalhadores em garantirem um funcionamento eficaz.

António Reis, da Comissão Instaladora, repetiria uma frase que se vê por todas as salas: «O hospital é para servir os

que o «Jornal do Fundão» é, logo a seguir a um jornal desportivo, o que mais se vende no estrangeiro. Assim como chega a todas as Associações Portuguesas no estrangeiro. Agora, um dos objectivos, é abrir uma delegação em Paris e outras duas no país (Guarda e Sertã) que se irão juntar às já existentes (Lisboa, Covilhã e Castelo Branco).

A visita ao Fundão terminou com uma sessão no Casino Fundanense.

Tortosendo: duas visitas um comício e um jantar-convívio

Dali, o secretário-geral do PCP seguiu para Tortosendo, onde começou por visitar o

jantar-convívio na Cooperativa «Café que juntou largas dezenas de militantes e simpatizantes.

Juventude e participação na Covilhã

A noite de sábado foi ocupada com uma sessão de esclarecimento no Cine-Centro da Covilhã. Aqui foi visível a presença da juventude. Assim se registou também uma afluência e uma diversificação de perguntas que prolongou a sessão e lhe deu uma vivacidade reveladora da preocupação que os problemas políticos despertam nas classes trabalhadoras.

Depois de Seda Avis

O domingo foi passado no distrito de Portalegre. Joaquim Miranda, cabeça de lista da APU pelo distrito e Moisés Calado, segundo da lista, acompanharam toda a deslocação do camarada Álvaro Cunhal. Seda foi a primeira povoação visitada. Nas palavras que proferiu o camarada Álvaro Cunhal recordaria a luta dos trabalhadores agrícolas em defesa da Reforma Agrária, referindo-se em particular ao que recentemente se passara com os trabalhadores da UCP «Liberdade de Seda» em luta pela reposição da legalidade reconhecida já pelos tribunais. Recordaria ainda que nas últimas eleições o povo de Seda tinha dado a vitória à APU.

E a paragem seguinte foi em Avis. Após uma visita à Cooperativa 1.º de Maio guiada pelo camarada José Luís, membro do CC e presidente da Cooperativa — a sensação com que se fica cada vez que se visita esta cooperativa é que as alterações são tão profundas que



Em cima, na gravura, um aspecto da visita às oficinas gráficas do «Jornal do Fundão». Em baixo, na cozinha do Hospital do Fundão, estabelecimento exemplar a que só faltam... o pessoal médico especializado e pessoal de enfermagem para poder satisfazer plenamente as necessidades do concelho



Campo Maior, Fronteira e Ponte de Sor encerraram a viagem

Durante a tarde a deslocação pelo distrito levaria o ca-

marada Álvaro a Campo Maior. Em contraposição aos dias de chuva das vezes que lá estivera anteriormente — sempre em períodos difíceis para a democracia — desta vez um sol radioso brilhava como que reflectindo o panorama que se abre com a demissão do Governo e a inevitável derrota da «AD».

Em Fronteira, inúmera a população que aguardava frente à Casa do Povo a chegada do camarada Álvaro Cunhal e que depois o acompanhou para o interior daquelas instalações. A importância do acto político que se vai realizar em 25 de Abril próximo foi analisado. No final e como sucedera sempre nas sessões anteriores (muitos) abraços, e (muitas) trocas de palavras, a dificuldade em chegar ao carro para partir para outra terra onde já estava programada outra sessão e não era justo chegar atrasado, como em relação àquela também não sucedera.

E a deslocação de dois dias e meio terminou em Ponte de Sor. Com a sala do cinema completamente cheia, onde o camarada Álvaro Cunhal mais uma vez salientou que «o único voto que pode contribuir...» para a defesa dos interesses dos trabalhadores, para a defesa dos interesses dos pequenos e médios comerciantes, industriais e agricultores «... esse voto é na APU».



No ginásio do Liceu de Castelo Branco, onde decorreu a sessão de esclarecimento, algumas das perguntas focaram essencialmente problemas da juventude



Cada vez que se visita a Cooperativa 1.º de Maio, em Avis, é como se a estivéssemos a visitar pela primeira vez, de tal modo as transformações ali se verificam (foto da esquerda). Em Seda, o camarada Álvaro Cunhal confraternizou com os trabalhadores e a população que pouco antes tinha assistido a um mini-comício



Nacional

Os pioneiros pedem ajuda para o seu campo de férias

● Carta-aberta a todos nós

Os Pioneiros de Portugal escreveram uma carta aberta à gente. É um carta que fala da alegria de uma conquista. Mas também se trata de um apelo. E quando as crianças se alegram ou nos chamam, não costumamos tapar os ouvidos.

De que se trata? Em poucas palavras: os Pioneiros conseguiram um terreno, perto da praia, para passar férias. Mas falta o resto, a que se costuma chamar infra-estruturas. Isto é, os pavilhões, a água, a luz, os esgotos, tudo aquilo que faz um campo de férias.

Terreno já nós temos, dizem-nos eles. Agora precisamos da vossa ajuda...

«Imaginem» dizem, «um campo no qual ao longo do ano muitas centenas de crianças poderão passar alguns dias de férias».

Isto numa altura em que a maioria dos pais quase já não ganha para comer quanto mais para férias...». E a seguir escrevem so-

bre a «atrapalhação». Que fazer de um terreno, dádiva de um amigo, onde falta o resto para construir as férias?

Eles falam de sanitários, de chuveiros, da cozinha, de «uma pequena despesa». Da vedação, dos locais de jogo.

A gente franze o nariz e acha que não estão a pedir muito.

Até éramos capazes de acrescentar mais algumas «alegrias» às expectativas dos Pioneiros.

Portanto vamos à ajuda.

E, para já, aqui publicamos a carta-apelo que recebemos:

Amigos: Sabemos do respeito e do carinho que merecem as crianças no Partido Comunista.

Nós, «Os Pioneiros de Portugal», vivemos numa sociedade onde as crianças, como a maioria do povo, não merecem a mínima consideração dos governantes.

É por isso que, com justificada alegria, tivemos a boa-nova de que um amigo nos ofereceu um terreno onde poderemos vir a instalar um Campo de Férias para crianças. Imaginem, amigos.

Um campo no qual, ao longo do ano, muitas centenas de crianças poderão passar alguns dias de férias. E isto numa altura em que a maioria dos nossos pais já quase não ganha para comer quanto mais para passar férias.

Calculam, pois, os amigos, a nossa alegria.

Mas imaginam, certamente, também, a nossa atrapalhação: o terreno a gente tem, mas como vamos implantar os sanitários, os chuveiros, a cozinha e uma pequena despesa? E a vedação do terreno? E os locais para jogos e divertimentos?

Os adultos estão sempre a dizer que nós somos os homens de amanhã. O que é verdade.

Mas para sermos homens amanhã precisamos que nos ajudem a ser crianças hoje. E então lembrámo-nos dos amigos.

Lembrámo-nos que nos poderiam apoiar. Com ofertas em materiais ou em dinheiro. Com objectos que nós poderíamos leiloar. Sim, porque nós também queremos trabalhar para que o nosso Campo de Férias seja uma realidade. E para que não julguem que isto é só conversa fiada, aqui vos damos notícias de algumas iniciativas que pensamos realizar até ao dia 1 de Junho de 1983, Dia Mundial da Criança:

— 1 rifa com 3 bons brindes;

— 1 leilão de objectos oferecidos;

— várias festas.

Amigos:

«Os Pioneiros de Portugal» têm como um dos seus objectivos fundamentais «incentivar nas crianças o respeito pelo trabalho e pelos trabalhadores, o



amor a Portugal e aos ideais da democracia e do socialismo, da paz, da liberdade, da fraternidade, da generosidade, da amizade de todos os povos e de todas as raças».

Acreditamos que, com o vosso apoio, atingiremos este e outros objectivos. Com o vosso apoio cresceremos melhor e mais felizes. Com o vosso apoio seremos certamente homens dignos do futuro, num Portugal democrático e socialista. Com o vosso apoio poder-se-á concretizar o desejo de que todos os anos sejam o Ano Internacional da Criança.

Lisboa, Fevereiro de 1983 «Os Pioneiros de Portugal».

Nota: As ofertas podem ser enviadas para a Casa do Pioneiro, Rua Professor Lima Basto, 140, 1.º Esq., Lisboa, e para os núcleos locais.

Deficientes acusam Governo de demagogia

Decorre no Porto até 6 de Março, a "Ludintegra", jornadas de sensibilização à integração social do deficiente. Do vasto programa destas jornadas conta-se um pavilhão de exposição e venda de trabalhos de deficientes que vão desde a olaria às rendas e que está patente na Praça General Humberto Delgado, para além de colóquios e manifestações desportivas.

Na inauguração da mostra de trabalhos, na passada sexta-feira, intervindo em nome

das associações que integram estas jornadas, Amadeu Silva acusou o Governo de ter aderido ao Ano Internacional do Deficiente com demagogia, "pois as recomendações que recebeu da ONU, no sentido do seu cumprimento, foram pura e simplesmente ignoradas. Limitou-se a publicar um plano nacional de acção apenas para impressionar a opinião pública, mas faltou cumprir o que nele tinha de mais importante e que só a ele competia".

Os novos centros de reabilitação da Maia, Coimbra, Évo-

ra, Faro e Sintra, a reestruturação do Centro de Reabilitação de Alcoitão, a reformulação do sistema das pensões de reforma por invalidez, a tomada de medidas legislativas que facilitem o acesso do deficiente ao mercado de emprego, a realização do censo da população deficiente, a entrada em vigor do decreto sobre a eliminação das barreiras arquitectónicas, a garantia do direito do deficiente ao transporte — são algumas importantes medidas do plano nacional de acção que o Governo "AD" não cumpriu.

Poder local

Encontros da APU

Iniciativas distritais, concelhias e de freguesia têm reunido nas últimas semanas eleitos, responsáveis do Partido pelo trabalho autárquico e activistas integrados em comissões de apoio da APU. A pouco mais de dois meses das eleições de 12 de Dezembro, instalados os órgãos autárquicos e definidas na generalidade responsabilidades, competências e funções, para a APU — esteja em maioria, minoria ou mesmo ausente de executivos — trata-se de "reprogramar" todos os seus objectivos contando com todas as suas forças, fazendo um correcto enquadramento político do trabalho nas autarquias no sentido de cumprir o compromisso assumido junto não apenas dos seus eleitores mas de toda a população: defender os seus interesses no âmbito do Poder Local. Trata-se, por outro lado, agora que se aproximam eleições legislativas da máxima importância para o futuro de Portugal e do povo trabalhador, de empenhar a APU na vitória da APU, condição essencial para possibilitar uma alternativa democrática.

Hoje — forçados por razões de espaço a protelar a referência a encontros importantes como o foi o dos vereadores em Câmaras em que a APU é minoritária nos distritos a sul de Leiria/Santarém, realizado no passado sábado no Centro de Trabalho Vitória com a participação dos camaradas Carlos Costa e Luís Sá — damos nota dos encontros realizados em Coimbra e em Oeiras.

● Coimbra Dinamização dos órgãos autárquicos

O plenário de Coimbra, realizado no sábado no Anfiteatro da Faculdade de Letras, reuniu

mentos, assim como à dinamização do funcionamento dos órgãos autárquicos e acompanhamento de todos os actos das Juntas, em especial dos seus presidentes, na Assembleia Municipal, sendo de as



A mesa que dirigiu os trabalhos do plenário de eleitos da APU do concelho de Coimbra, que decorreram na Faculdade de Letras, com a participação do camarada Jaime Serra

os eleitos da APU de todo o concelho e teve a participação do camarada Jaime Serra, membro da Comissão Política do CC.

O fundamental da discussão travada contém-se nas conclusões que em seguida transcrevemos e que sublinham:

— A importância da realização periódica de plenários de eleitos APU e de outras reuniões de eleitos por freguesias, procurando formar grupos de apoio local e melhorar o apoio a todos os eleitos, designadamente político, técnico e jurídico; do contacto regular dos eleitos da APU com as populações através de visitas locais, como já se verifica nas freguesias de maioria APU; de uma informação periódica às populações da actividade dos órgãos autárquicos e das posições neles tomadas pelos eleitos da APU, através de boletins, de comunicados e de outras formas.

— A necessidade de vigilância na atribuição de verbas pela CM às freguesias, no sentido de que seja assegurada uma distribuição equitativa e criteriosa.

— A necessidade de dar uma especial atenção às próximas reuniões de Assembleias que discutam Planos e Orça-

Assembleias de Freguesias solicitarem as actas das sessões da Assembleia Municipal.

Por outro lado, segundo as conclusões, o plenário manifestou apreensões pelo procedimento da Câmara Municipal de maioria absoluta PS quanto a importantes questões referentes às liberdades, como é o caso de — contrariamente ao que antes sucedia — ter negado a cedência do Edifício Chiado para a realização de uma sessão comemorativa do Dia Internacional da Mulher organizada pelo MDM e é também o caso de, a pretexto da "limpeza" da cidade, se ter apressado a fazer desaparecer a propaganda política afixada, em especial numa ocasião pré-eleitoral como a que atravessamos.

Como noutra alínea é referido, "não obstante o entendimento com eleitos do PS em alguns casos, verifica-se que o comportamento mais geral dos eleitos desse partido é pautado quer pelo sectarismo, quer por alianças preferenciais com a direita".

Por último, o plenário concluiu que "o prestígio e a competência dos eleitos da APU vêm cada vez mais a ser reconhecidos pelas populações e

Pioneiros da Brandoa Festa de anos

O núcleo da Brandoa dos Pioneiros de Portugal fez no sábado cinco anos. Para os comemorar reuniram-se na Casa do Alentejo, numa tarde «histórica por causa do ambiente de amizade e de convívio entre todas as crianças presentes», como dizem na carta que nos enviaram. Nela falam também dos seus convidados — pioneiros vindos de Oliveiras e da Póvoa de Santo Adrião, Manuel Pedro e muitas outras pessoas amigas dos pioneiros —, de saudações recebidas de outros núcleos e da

Casa do Pioneiro e de um lance que pelas referências não deve ter sido nada mau...

Além das pequenas ofertas que ali fizeram com o mesmo sentido, pedem que fique registado o seu agradecimento à direcção da Casa do Alentejo pela cedência da sala e pelas palavras e provas de amizade que receberam — dela e de todos os outros que ali estiveram «por amizade por todas as crianças». Fazem um voto (e já se sabe que vão trabalhar por ele): que esta festa se repita todos os anos!

MURPI reivindica ser parceiro social

Manifestando «a certeza de que os portugueses saberão votar em pessoas dispostas a defender os interesses dos eleitores e a dar voz aos desprotegidos», o MURPI aguarda as próximas eleições para apresentar a petição de reformados, pensionistas e idosos no sentido de que passe a ser considerado «parceiro social».

O MURPI — Movimento Unitário dos Reformados, Pensionistas e Idosos, desenvolveu em 1982 uma acção de recolha de assinaturas de apoio a essa petição, que entretanto

não foi entregue na Assembleia da República «porque a maioria que então dominava o Plenário não garantia uma decisão justa e de interesse nacional».

Mas a reivindicação mantém-se. Sublinha, aliás, o MURPI que representantes do Governo português participaram em Viena de Áustria na Assembleia Mundial de Envelhecimento que adoptou o «Projecto do Plano Internacional de Acção sobre Envelhecimento», de cujas recomen-

dações destaca: «as pessoas devem participar activamente na elaboração e na aplicação das políticas, designadamente daquelas que lhes digam respeito». O MURPI refere também o que neste domínio se passa noutros países, designadamente em França, onde as organizações de reformados e idosos são consideradas parceiros sociais e estão representadas no Conselho Económico e Social e nas estruturas nacionais e regionais que especificamente se ocupam dos problemas dos idosos.

Eleger dois deputados objectivo APU em Aveiro

Os candidatos da APU do Distrito de Aveiro apresentaram há dias à imprensa os objectivos que se propõem alcançar e as linhas gerais da campanha eleitoral e outras importantes questões e problemas com que se debate a população abrangida por aquele círculo e que irá constar do programa eleitoral distrital.

Aumentar globalmente o número de votos no Povo Unido em Aveiro no próximo 25 de Abril e eleger um segundo deputado são os dois objectivos fundamentais apresentados. Com a sua concretização esperam os candidatos contribuir para os objectivos nacionais da APU e, a nível do distrito, assegurar uma melhor defesa, na AR, dos interesses da população.

Depois de sublinharem que tais objectivos são realistas e que a conjuntura é favorável ao Povo Unido também a nível distrital onde a APU tem crescido — devendo-se esse desenvolvimento ao exemplo dado pela actividade e trabalho dos eleitos nas autarquias —, os candidatos revelaram que irão

apresentar uma relação sintética do trabalho desenvolvido pelo deputado eleito por Aveiro, Vital Moreira e, mais recentemente, por Manuel Matos.

Mas podemos desde já afirmar que fizeram mais, na AR, em defesa do nosso distrito do que todos os restantes deputados das outras forças políticas — salientaram.

Contacto directo

Os candidatos adiantaram que o estilo da campanha será o do contacto directo, como de resto é hábito da APU. Contacto directo baseado no conhecimento dos problemas dos eleitores, discussão clara e frontal do programa eleitoral do Povo Unido.

Teremos como objectivo — afirmaram —, durante a campanha, prestar contas do que tem sido a acção dos deputados comunistas e do MDP/CDE na Assembleia da República e assumir o compromisso de cumprir, após a eleição, o programa com que nos apresentámos ao eleitorado, tanto na Assembleia da República como no Governo.

No distrito de Aveiro — disseram ainda, depois de lembrar que o programa eleitoral será o aprovado na Conferência Nacional onde participaram candidatos e outros camaradas e amigos de Aveiro — comprometemo-nos desde já, no seguimento do que tem sido a nossa actividade, a defender intransigentemente o seu povo e muito particularmente o povo trabalhador, as mulheres, os jovens, os reformados, mas também sectores da população que têm sido igualmente vítimas da política desastrosa do PSD e do CDS no Governo, como é

o caso dos pequenos e médios industriais e comerciantes, dos agricultores, etc.

Os candidatos traçaram um largo panorama dos problemas a resolver no distrito, salientando particularmente o problema do desemprego — 12 mil desempregados —, dos contratos a prazo, da repressão aos direitos dos trabalhadores. A habitação e a carência de estruturas sociais, as carências no campo da saúde, a poluição e as carências no campo do ensino foram outras tantas questões cujas soluções serão abordadas no programa eleitoral, assim como a situação do campesinato e dos problemas da produção, preços, e escoamento. Por fim, merecem atenção os problemas de conservação do património natural e cultural da região.

Estamos certos — afirmaram finalmente os candidatos —, que o povo do distrito de Aveiro, particularmente o povo trabalhador, os camponeses, as mulheres e os jovens saberão optar por aqueles que têm como único e exclusivo objectivo servir aqueles que lhe confiam o voto — os deputados eleitos pela APU.

Conhecer o distrito para poder lutar por ele

a constituir concelho. Seremos uma voz activa e firme na AR em defesa desse objectivo e nesse sentido tomaremos as iniciativas necessárias.

Acreditamos que todos os vizelenses sinceramente empenhados na concretização das suas aspirações seculares, independentemente das suas opiniões políticas, saberão compreender a posição do PCP e saberão também julgar o comportamento daqueles que, por estreitos critérios partidários, recelos eleitoralistas ou preconceitos anticomunistas, não hesitam em sacrificar a causa comum do povo de Vizela e impedir a presença de uma voz de Vizela em defesa dessa causa na Assembleia da República.

A SIP da DORM comunicou entretanto que se irá realizar em Vizela uma sessão onde, de forma mais desenvolvida, serão explicadas a posição do PCP e a análise dos acontecimentos.

Candidatura de Vizela inviabilizada pelo PS

A proposta do PCP, inicialmente aceite pelo Movimento para a Restauração do Concelho de Vizela e por Manuel Campelos, já anteriormente tornada pública, foi posteriormente inviabilizada por manobras e pressões do Partido Socialista. Recorde-se que essa proposta do PCP, convidando o sr. Manuel Campelos, representante do MRCV, para integrar a lista da APU pelo distrito de Braga, como candidato independente, garantia que tal candidatura pudesse assumir posição independente em relação à campanha eleitoral do PCP e da APU e que seria vinculada unicamente à defesa, nas eleições e na AR, da aspiração dos vizelenses a constituir concelho. Seria ainda garantido ao representante de Vizela a sua presença como deputado quando na AR fosse discutido o projecto de lei da elevação de Vizela a concelho e apenas durante esse período.

Com esta proposta — sublinha um comunicado da DORM do PCP sobre a questão — pretendemos o PCP possibilitar a

presença de uma voz de Vizela na Assembleia da República através de uma candidatura representativa.

O comunicado da DORM afirma ainda que as manobras e pressões do PS, não prestígio aos seus autores e são demonstrativos de que, para estes, os seus estreitos interesses partidários foram colocados acima dos interesses comuns do povo de Vizela.

A DORM do PCP — continua o comunicado — sublinha que os factos ocorridos não alteram em nada a nossa posição de princípio sobre a questão de Vizela. Consideramos a luta firme e persistente do povo de Vizela como parte integrante da luta do povo português pela democracia, pelo reforço do Poder Local e a sua aproximação às populações, pelo afastamento dos partidos da "AD" do Poder e por um governo e uma política democráticos. Apoiamos e respeitamos a aspiração de Vizela



«Juventude pela Paz, por Abril» — foi sob este tema que decorreu no último sábado, no Teatro Villaret, em Lisboa, o primeiro grande comício da Juventude Comunista Portuguesa (JCP), momento de arranque do trabalho eleitoral dos jovens comunistas na zona de Lisboa. Além de José Casanova, membro suplente da Comissão Política do Comité Central do PCP, apresentaram comunicações nesta iniciativa Rogério Paulo (da AE de Economia), Luís Paulo (do Secretariado das Associações do 12.º ano), Francisco Pereira (da direcção da JCP) e António Pedro (operário da fábrica Orlão), entre outros. No espectáculo musical participaram a «Brigada Victor Jara» e a «Banda Almôndega»

Terra



Um Encontro em que foram debatidos os problemas concretos das unidades colectivas de produção e cooperativas e apontadas as grandes linhas de acção no campo da luta em defesa da Reforma Agrária e da reposição da legalidade democrática e também no capítulo da produção

Melhorar a produção repor a legalidade democrática

— decisão do Encontro de Culturas da Primavera

«Trabalhar a sério para fazer o melhor nas culturas que se avizinham, aproveitando toda a água disponível; prosseguir a luta não apenas em defesa da Reforma Agrária mas também pela aplicação dos acordos do Tribunal; lutar na frente eleitoral com vista a colocar a direita em minoria» — estes os três objectivos centrais que se colocam no imediato à Reforma Agrária, enunciados por António Murteira no último sábado, no final do Encontro de Culturas da Primavera.

Estava-se no salão dos Bombeiros de Beja e aquelas palavras, acolhidas com entusiasmo pelos mais de 500 delegados presentes, sintetizavam o riquíssimo debate que se prolongou por mais de cinco horas e no decorrer do qual os oradores expuseram os problemas concretos das suas unidades de produção e apontaram as grandes linhas de acção quer no campo da luta em defesa da Reforma Agrária e da reposição da legalidade democrática, quer no capítulo da produção.

A primeira intervenção do Encontro, em que estavam representadas mais de centena e meia de cooperativas agrícolas da Reforma Agrária, coube a António Murteira que definiu os traços essenciais da situação política à luz do novo quadro decorrente da demissão do Governo, da dissolução da As-

sembleia da República e da realização próxima de eleições legislativas.

tomate, etc.; criar uma justa política de comercialização e preços; obter apoio técnico e créditos bonificados; avançar para a formação profissional.

«Quando concretizarmos estes objectivos — concluiu — acabaremos com o desemprego sazonal, acabaremos com a miséria, os maus salários e estaremos a avançar no caminho de uma agricultura moderna, a produzir riqueza e bem-estar para os trabalhadores e para o País».

Luta contra desemprego

Albino Reis, do Secretariado das UCP's/Cooperativas Agrícolas do Distrito de Évora, falou das lutas travadas ao longo destes últimos meses pelos trabalhadores no sentido de estancarem os ataques contra a Reforma Agrária. Citando al-

guns exemplos, referiu as concentrações junto às instalações do MACP na Malagueira e na Praça do Giraldo em Évora e em Santarém onde os trabalhadores da UCP «Terra Livre» de Cabeção impediram que se realizasse um leilão que ali estava a decorrer.

Por seu turno Maria Salomé, em nome dos Sindicatos Agrícolas, afirmaria a disposição daquelas organizações não pouparem «esforços em denunciar a sabotagem feita pelos agrários» e de intensificar a luta para que «as terras e regadios sejam aproveitados para que acabe o desemprego».

A intensificação da luta contra a repressão patronal, a aplicação do Contrato Colectivo de Trabalho e das novas tabelas salariais publicadas em 22 de Fevereiro, constituem outros tantos objectivos dos sindicatos agrícolas anunciados por Maria Salomé.

O problema da seca

Uma das intervenções cuja temática despertaria mais interesse por parte dos presentes proferiu-a João Saraiva, presidente da Câmara Municipal de Mora, e relacionava-se com o problema da falta de água.

«As barragens produtoras de energia, situadas na sua maioria no Norte — explicou —, têm a sua capacidade reduzida a 40 por cento. No Sul, as grandes barragens de perímetros regados, encontram-se em média já abaixo dos 20 por cento da sua capacidade, as pequenas e médias albufeiras estão praticamente vazias e os lençóis que abastecem poços e outras captações estão cada vez mais baixos, tornando-os praticamente inúteis».

João Saraiva referiu depois algumas medidas que em seu entender são indispensáveis para fazer face à seca:

«Mobilização de todos os meios e equipamentos para a captação, construção de armazenagem e transporte das águas disponíveis em orgânicos estatais e nas Forças Armadas e da sua racional utilização em zonas mais carenciadas; a implementação de medidas de isenção fiscal na aquisição de equipamento para transporte de água, bem como a criação de um sistema bonificado de crédito na compra daqueles equipamentos; a definição ao nível dos grandes perímetros regados de um ordenamento cultural dessas áreas que contemple a necessidade hídrica das culturas e as existências de água armazenadas em barragem, tendo em conta ainda a eventual necessidade de recurso a essa água para abastecimento a alguns aglomerados populacionais».

«Contudo, a curto e médio prazo — chamou ainda a atenção João Saraiva — é necessário a construção de empreendimentos hidro-agrícolas: barragem do Alqueva, Rocha da Galé, bem como os seus respectivos aproveitamentos que só devido a uma política revanchista, antinacional e de submissão ao imperialismo, os governos ainda não levaram a cabo».

Aproveitar todas as terras e toda a água

Orientando a sua intervenção para os aspectos relativos à produção, José Luis, presidente da Cooperativa 1.º de Maio de Avis, afirmou a dado passo que «a produção é uma das grandes armas que temos utilizado em defesa da Reforma Agrária, pelo que estamos a estudar as melhores formas de aproveitamento das águas que temos e quais as culturas a aplicar em cada caso concreto».

Explicando melhor algumas direcções, José Luis afirmou que é preciso «aproveitar ao máximo as reservas de água e programar as culturas de Primavera de acordo com as existentes. Não devemos semear a contar com a ideia de que vai chover — acentuou, para logo concluir: devemos semear forragens de regadio para os gados e nas terras de sequeiro pensamos ser melhor semear o sorgo por ser muito resistente à seca e também mais rentável que os milhos regionais de sequeiro. As culturas de tomate, arroz e tabaco só devem ser feitas onde tenhamos a garantia de haver água».

E mais adiante, acrescentou: «mantendo-se esta seca é necessário exigir ao Governo todos os meios disponíveis, considerados necessários para a pesquisa e captação de água, infraestruturas de armazenagem e transporte, bem como subsídios para regas de aspersão, para as regações e uma nova política de preços».

No final dos trabalhos foi aprovado um importante documento contendo as conclusões do Encontro elaborado na base das sugestões e orientações apresentadas pelos delegados nas suas intervenções.

O Encontro das Culturas da Primavera aprovou também uma saudação ao IV Congresso da CGTP, onde manifesta o desejo de que este possa contribuir «para o reforço da unidade e para o «desmascaramento dos colaboracionistas e divisionistas da UGT que tanto mal têm feito à causa dos trabalhadores», e delegou numa comissão constituída para o efeito a tarefa de apresentar as conclusões do Encontro a diversas entidades e órgãos de soberania.

Trabalhadores

Termina a fase de preparação

Bons resultados antecipam o IV Congresso da CGTP-IN

A uma semana da realização do IV Congresso da CGTP-IN pode-se considerar terminada a fase de discussão dos anteprojectos. A escolha dos 1200 delegados deve também terminar dentro de dias. De acordo com as normas de funcionamento aprovadas em plenário nacional de 20 de Novembro, a designação dos delegados, que podem também ser eleitos, não está dependente de um prazo como é o caso das propostas de alteração. Prosseguem entretanto as iniciativas relacionadas com a preparação, em todos os campos onde os Sindicatos exercem a sua actividade.

As propostas de alteração aos anteprojectos de programas de acção e estatutos são numerosas e vêm de todo o País. Segundo a Inter, a qualidade dessas contribuições, aditamentos, etc. enriquece e aprofunda os assuntos em debate.

Também em matéria de mobilização, no que toca a reuniões de trabalhadores, assembleias de delegados, com a participação de dirigentes nacionais da Central, e outras iniciativas ligadas à organização, a fase que agora termina assinalou pelo seu lado algumas das características mais ricas de ensinamentos sindicais, sobretudo no que respeita ao fortalecimento da unidade entre trabalhadores de várias tendências, ou independentes relativamente a formações políticas mas com implantação sindical.

Referindo alguns números ainda provisórios, porque é cedo naturalmente para qualquer balanço, a Inter adiantou no princípio desta semana que, contando apenas as diversas reuniões realizadas em Lisboa, o total é superior a um milhão. E a milhares sobre também o total das iniciativas e reuniões no âmbito da preparação do IV Congresso realizadas nos últimos dois meses por todo o País.

O prazo de inscrição

Contando por uma semana, como é habitual nestes casos, os oito dias do prazo para o encerramento das inscrições termina amanhã a recepção dos respectivos pedidos que, segundo o regulamento de 20 de Novembro, deverão ser dirigidos ao «secretariado nacional por correio registado ou por

protocolo, em proposta fornecida para o efeito» e acompanhada da declaração do número de trabalhadores que o sindicato representa, da identificação dos seus representantes ao Congresso, acompanhada sempre que possível da acta da sua designação e do documento em que conste a qualidade de congressista desses representantes. A identificação deve conter os seguintes elementos: nome, profissão, idade, número de associados do sindicato a que pertence e respectivo local de trabalho.

Quadros técnicos

As questões de ordem geral como a unidade, organização, capacidade de intervir, reforço da representatividade dos dirigentes e delegados, sindicalização, luta contra o divisionismo, implantação dos sindicatos nas empresas — assuntos aliás inter-relacionados e comuns a quem trabalha — juntam-se naturalmente os problemas, dificuldades e simples questões sectoriais, profissionais, particulares, mas do âmbito sindical e por isso motivadoras de acção para o IV Congresso da Central. Assim sucedeu com os quadros técnicos, sindicalizados ou não, que debateram no sábado, na Faculdade de Letras de Lisboa, os seus problemas e reivindicações «como contribuição para o programa de acção a aprovar no Congresso da Central sindical», como refere o comunicado final da reunião em que participaram «mais de uma centena de quadros técnicos» de numerosos sectores profissionais e diversos sindicatos.

O reforço da participação dos QT «na vida das estruturas sindicais existentes» consta

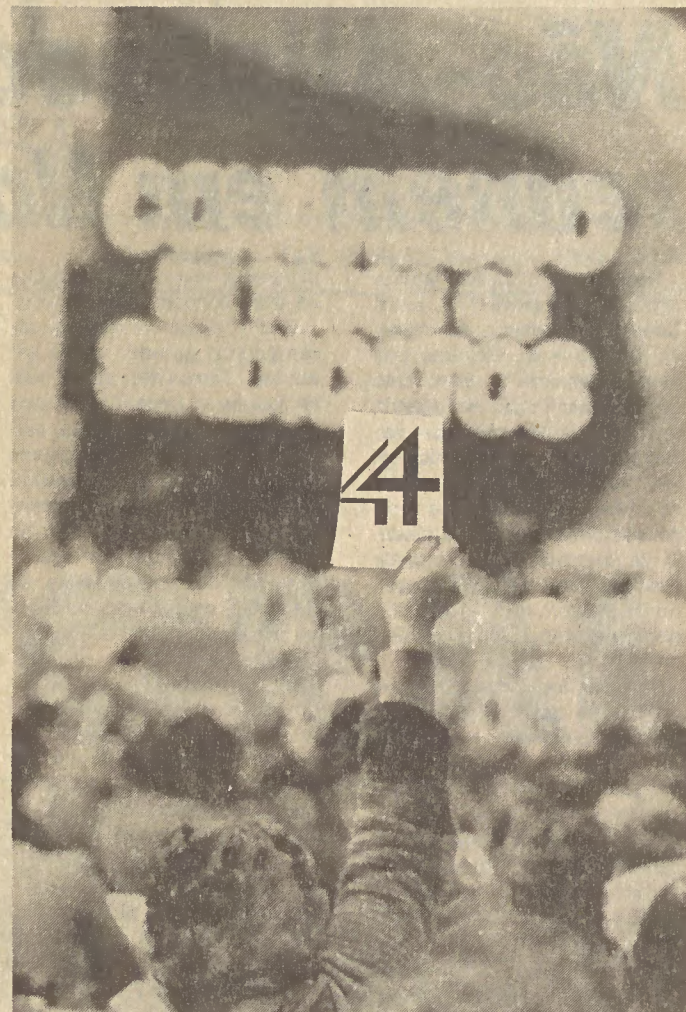
das bases de uma proposta de criar uma «comissão específica permanente para os quadros técnicos, junto da direcção da CGTP-IN».

Carvalho da Silva, da comissão executiva do secretariado nacional da Inter, que representou a Central na reunião, fez um apelo à participação dos QT no IV Congresso e sublinhou a necessidade de desenvolver e tomar mais profundo o debate acerca dos problemas dos QT.

Serviu de base à discussão um documento apresentado pelo secretariado nacional da CGTP-IN. Participaram na reunião engenheiros e engenheiros-técnicos, economistas, professores, juristas, técnicos fabris, construtores civis, representantes de diversas categorias profissionais da Função Pública, técnicos de desenho, bancários, contabilistas, profissionais dos correios e das telecomunicações.

De base à discussão serviu também a «carta reivindicativa dos engenheiros, quadros e técnicos» aprovada em 1975 em Turim, com a participação da CGTP-IN, numa conferência sindical internacional.

A Central, que considerou um êxito esta reunião de sábado, refere alguns dos problemas e reivindicações que aí foram tratados, a saber: «o direito ao trabalho e à remuneração justa, com o reconhecimento da qualificação, competência, formação e experiência; a necessidade de uma carreira profissional estimulante e de critérios objectivos para o seu desenvolvimento; a formação e o aperfeiçoamento técnico que garantam a manutenção e o aumento das responsabilidades profissionais; o aumento imediato dos escalões de rendimento colectivo e a sua indexação conforme o índice de preços no consumidor; a autonomia técnica que assegure o direito de recusar o desempenho de funções de «controlo» extra-profissional sobre os restantes trabalhadores; regulamentação da criação técnica e científica; combate à discriminação das mulheres que exercem profissões no âmbito dos quadros técnicos».



O Congresso noutras regiões e sectores

Amanhã, sexta-feira, os trabalhos de preparação do Congresso prosseguem em Portimão. Devem ser eleitos delegados. Amanhã, continua também a assembleia geral do Sindicato dos Trabalhadores da Hotelaria do Algarve, que deve decidir sobre a adesão à CGTP-IN. Para discutir este importante problema foram realizados já cerca de 40 plenários de empresa. Essa movimentação levou a que se sindicalizassem mais de 300 trabalhadores. Foram eleitos vários delegados sindicais.

No passado sábado, em Coimbra, cerca de 100 delegados convocados pela Federação dos Sindicatos da Metalurgia, Metalomecânica e Minérios de Portugal discutiram, por seu turno, os anteprojectos dos documentos a apresentar no IV Congresso da CGTP-IN. Segundo o secretariado da Federação, o plenário, que elegeu os delegados ao Congresso, «realizou-se na sequência de dezenas de assembleias e

centenas de plenários de empresas».

A discussão travada em torno das teses do IV Congresso veio demonstrar que, tal como em outros sectores, também na metalurgia, na metalomecânica e nas minas se faz sentir a política do desastre económico levada a cabo pelos partidos que compunham a «AD», nomeadamente nos ataques desferidos contra o sector público e nacionalizado, o boicote ao Plano Siderúrgico Nacional, o não aproveitamento integral das pilas aletanjanas, a tentativa de destruição do sector naval, os constantes ataques globais aos direitos fundamentais dos trabalhadores», refere o comunicado da Federação.

Meia-maratona em Setúbal

No âmbito ainda do IV Congresso (actividades desportivas) a União dos Sindicatos de Setúbal lembra que amanhã, 4, é o último dia para fazer as inscrições na III Meia-Maratona promovida pela USL e que se realiza no próximo domingo, 6, com partida e chegada junto da Câmara Municipal de Alcochete.

Salários, Transportes, Desemprego

O Governo faz orelhas moucas a interesses vitais

● Conflitos agudizam-se em vários sectores

Organizações do Partido, regionais e de empresa, têm apoiado publicamente e por várias vezes as greves e demais formas de luta que consideram justas e nas quais estão naturalmente empenhadas. Assim no caso dos Transportes, no sector têxtil, designadamente na CIFA, na Vidreira da Fontela, no sector pesqueiro, incluindo o Algarve, na marinha mercante, no vidro e na indústria naval.

No âmbito das organizações representativas dos trabalhadores nas empresas, o PCP nas suas tomadas de posição insere as lutas dos trabalhadores nos problemas gerais das populações e procura sensibilizar a opinião pública para o apoio material e eficaz a uma política que acabe com a necessidade de recorrer a formas de luta para solucionar conflitos que poderiam seguir outra via, ou nem sequer aparecer, no chamado sector laboral, se fossem ouvidas as propostas concretas e possíveis de levar a cabo que os representantes dos trabalhadores têm apresentado por todo o lado no âmbito do movimento sindical.

Como as orelhas continuam moucas da parte do governo quando se trata de problemas tão inevitáveis como são os relacionados directamente com o custo de vida, os preços e os salários e, ao mesmo tempo se tenta impor limites irrealistas e provocadores aos aumentos salariais, como pode ser diferente a situação e o panorama próximo futuro nesse campo das lutas dos trabalhadores?

Contra a especulação e o desejo desenfreado de ir sempre mais longe na escalada da mentira ou da ocultação quando da parte dos meios de comunicação social afectos à direita ou pagos pelo Estado se trata de impor uma imagem falsa, mas perturbadora e demagógica, as organizações representativas dos trabalhadores, a CGTP-IN e a esmagadora maioria das organizações sindicais aparecem com factos, elementos seguros e concretos, suficientes para desmentir os que atribuem aos trabalhadores organizados e à sua actividade sindical todos os erros, culpas e prejuízos e reservam um cantinho do paraíso aqui

em baixo para o governo, as suas gerências, as suas administrações.

Assim é que sob o título «AD, PSD, CDS — prepotência e irresponsabilidade até ao fim», o Organismo de Direcção do Sector de Transportes da ORL do PCP acusa o governo e as suas gestões no sector de «agudizarem um conflito com incidências muito directas na população, procurando dessa forma virar a opinião pública contra os trabalhadores e as suas organizações». Assim é que o mesmo Organismo «condena firmemente o comportamento irresponsável e provocador do governo que, depois de, por intermédio do ministro dos Transportes, ter considerado realista a proposta» (recentemente apresentada pelos Sindicatos para evitar as greves e à qual nos referimos no «Avante!» da semana passada) não apareceu na reunião que ele próprio marcou para discutir a proposta sindical «e veio depois afirmar por intermédio do secretário de Estado dos Transportes que a mesma proposta era irrealista, sem

no entanto lhe dar qualquer resposta».

Vale a pena sublinhar este tipo de actuações, que demonstram como a intransigência do governo na questão das tabelas salariais dos Transportes e de outros sectores ou empresas, como a EPAC, a Sorefame, assenta em objectivos claramente políticos que não podem deixar de ser combatidos politicamente.

Entretanto, quer os trabalhadores dos Transportes, quer outros — e são muitos também em luta mas sem a incidência na opinião pública que naturalmente têm os Transportes — não vão para a luta pela luta.

Veja-se por exemplo o caso da Carris. Como poderiam evitar-se as greves com um governo que, «através da comissão administrativa tentou e tenta levar à prática uma política desastrosa» que, segundo o secretariado da Célula do PCP na empresa, reduz os quadros e aumenta o serviço, reprime e discrimina nos processos de promoção, persegue «trabalhadores (com apoio da UGT), trabalhadores esses que, «pela sua acção dinamizaram as lutas na Carris», que não paga os retroactivos «a Janeiro 82» nem «os aumentos originados pelo enquadramento», que «protege as negociações para a revisão do AE» (acordo de empresa), nada faz para desbloquear o conflito, causando assim prejuízos às populações e adiando a reposição do poder de compra dos trabalhadores».

Claro que a outra vertente desta escalada, que inclui em primeiro plano o ataque às nacionalizações e a tudo que cheire a lucro certo no sector empresarial do Estado, é a luta dos trabalhadores organizados pelos seus direitos e pelas suas obrigações também,

como consta dos acordos que o governo não quer fazer.

A mesma demonstração de incapacidade e de política de desastre é a que o governo faz na CIFA, na EPAC, na pesca do sotavento algarvio, com os professores na AGFA (Coimbra), na Vidreira, na Sorefame, com a campanha da azeitona, com o escoamento da laranja e da batata, na Cive, nos Seguros, na Banca na RTP, na Gelmar.

O recurso às formas de luta, as greves, os corte de estradas, a solidariedade, a aproximação entre trabalhadores ajudam a desenharmos uma paisagem que naturalmente não agrada ao governo e às forças que o mantêm.

Mas as formas de luta continuarão a aparecer, a ser aprovadas democraticamente em plenários e outras reuniões, enquanto por exemplo os responsáveis não puserem em prática «medidas urgentes que ponham fim à sabotagem económica que os agrários estão a praticar no distrito» de Évora, deixando apodrecer milhares de quilos de azeitona, como ainda há dias afirmava o Sindicato dos Trabalhadores Agrícolas daquele distrito.

O recurso a formas de luta continuarão enquanto os professores (outro exemplo) estiverem confrontados, através dos seus sindicatos com o adiar sempre que este e os governos anteriores lhes apresentam como perspectiva, não os chamando a discutir os seus próprios interesses, o interesse dos alunos, das famílias, do País.

Enquanto for necessário mobilizar forças sindicais apenas para chegar a uma reunião com um senhor ministro — e algumas vitórias, que assim se podem considerar, têm sido



obtidas nesse terreno — como é que os trabalhadores da AGFA deixarão de protestar, como é que na EPAC se vai deixar impor o tecto, como é que o tecto se vai aguentar na Função Pública, ou onde quer que o queiram impor?

Assim na EPAC desde 28 do corrente que há novas paralisações. Nos têxteis do Norte a situação agrava-se com o desemprego e a falta de salários. Na Vidreira da Fontela os trabalhadores dizem «morremos, mas não de fome». Na Gelmar de Olinha a perspectiva é de luta, também, contra a venda da empresa pelo governo. Na CIFA os 1700 trabalhadores repetem que «não podem continuar a passar fome», que «os responsáveis são os Mellos e o Governo «AD». Na banca previa-se no princípio da semana uma paralisação. O mesmo na RTP por alturas do Festival da Canção.

Nessas e em outras empresas e sectores, como a marinha mercante e a pesca, a questão dos aumentos de salários prende-se intimamente com a segurança do emprego, a vitalidade das empresas, a garantia do pagamento dos salários. Essas são as grandes preocupações dos trabalhadores e dos seus Sindicatos. São naturalmente as nossas preocupações.

Internacional

Ásia

Não-Alinhados reúnem em Nova Deli

Realiza-se no próximo fim-de-semana, em Nova Deli, a VII Conferência cimeira de chefes de Estado e de Governo dos países membros do Movimento dos Não-Alinhados. Na agenda de trabalhos deverá ocupar especial relevo a problemática relacionada com a luta pela defesa da paz, a luta contra a corrida aos armamentos e a procura de soluções visando impedir que a política de confrontação possa continuar a influenciar negativamente a situação internacional.

A tónica foi já dada de resto na recente reunião extraordinária do Movimento em Manágua, apesar de dedicada em exclusivo à situação da América Latina e Caraíbas.

Desconhecendo-se embora o conteúdo do projecto de Declaração Final da Conferência, que a Índia apresentou aos restantes países para debate, alterações e propostas, e que em carta medida servirá de base aos trabalhos, sabe-se que serão analisados os graves problemas económicos com que se debatem os países do Terceiro Mundo, a quem cabe

sempre a mais pesada factura da crise económica capitalista.

Paz e desenvolvimento serão pois os grandes temas em análise. Temas tão intimamente ligados e dependentes que só as soluções conjuntas permitirão ultrapassar os graves obstáculos que o imperialismo semeia no caminho da libertação dos povos e que estão na raiz dos problemas com que se debatem de uma maneira ou de outra os países membros do Movimento, atingindo mesmo os socialistas.

Tal como sucedeu em Manágua, também em Nova Deli a reunião está a ser alvo de manobras do imperialismo que por todas as formas pretende minar a unidade existente entre os Não-Alinhados (unidade baseada na identidade de problemas, na opção comum anti-imperialista, apesar das profundas diferenças entre eles). Refira-se a propósito as tentativas que nas últimas semanas se multiplicaram para conseguir a participação na Cimeira de representantes do auto-proclamado "Governo Democrático do Kampuchea", de representa-

tes do regime de terror de Pol Pot que apoiados e financiados pelos Estados Unidos se propõem prosseguir o genocídio do povo do Kampuchea.

E não será também legítimo pensar que a onda de violência em crescendo na Índia tem algo que ver com a criação de um clima de instabilidade, medo, visando mais longe que a própria situação interna?

O documento da reunião de Manágua, que pôs tão claramente em cheque a responsabilidade dos Estados Unidos nas tensões existentes na América Latina, abriu caminho à análise mais global que necessariamente vai ser feita em Nova Deli ao mais alto nível quando se discutirem medidas que contribuam para o desenvolvimento económico e social dos países do Terceiro Mundo.

A responsabilidade do imperialismo dificilmente poderá ser escamoteada. E se a cimeira de Nova Deli for, como se espera, um êxito, mais um passo importante terá sido dado na criação de uma nova ordem política e económica internacional.

Médio Oriente

Conselho Nacional Palestino diz não a Reagan e sim à unidade árabe

Ao contrário de todos os augúrios, boatos e insinuações mal intencionadas, a 16.ª sessão do Conselho Nacional Palestino que na passada quinta-feira terminou em Argel saldou-se por uma importante vitória da unidade nacional, ao nível da concepção e da decisão, que assegura o prosseguimento e reforço da acção patriótica da Organização de Libertação da Palestina.

É claro que os 350 parlamentares presentes na reunião do CNP, vindos de 90 países e representando as diversas tendências da OLP, debateram activa e animadamente os problemas que se colocam ao povo palestino, a situação criada com a retirada de Beirute, os caminhos a seguir para atingir o objectivo que todos anseiam — a criação de um Estado Palestino. Que as opiniões nem sempre tenham sido concordantes parece não só normal como legítimo, conhecidas como são as diferentes características das forças políticas que integram a OLP.

O que já não é normal, nem legítimo, é o intenso esforço desencadeado pelo imperialismo, designadamente a nível dos órgãos de informação, para fazer crer em insanáveis divergências, obstáculos insuperáveis que fariam "rolar cabeças" e, em particular, a de Yasser Arafat. Recorde-se a título de exemplo o barulho feito em torno do pedido de demissão de Issam Sartou, responsável pelos contactos com a Internacional Socialista, e que de acordo com as informações divulgadas teria sido expulso do movimento Fatah. Informação que não se considerou ne-

cessário corrigir quando o porta-voz do Conselho Nacional Palestino anunciou que o pedido de demissão não tinha sido aceite, que não houvesse qualquer expulsão e que Issam Sartou — sanado o pequeno incidente que tanto deu que falar — reafirmou a "sua lealdade à OLP e a aceitação de todas as resoluções a adoptar pelo Conselho Nacional Palestino".

Compreende-se no entanto as razões de tal campanha. Aos Estados Unidos é seus fiéis aliados não interessa a unidade da OLP que inviabiliza qualquer tentativa de "solução" do problema palestino através de uma mais que duvidosa "autonomia" administrativa nos territórios árabes ocupados por Israel. Como não interessa que a unidade dos países árabes e o apoio da comunidade internacional à OLP ponham a nu o verdadeiro carácter do "plano Reagan" para o Médio Oriente.

Compreende-se assim também o esforço feito para desviar as atenções da reunião de Argel, sobretudo a partir do momento em que começaram a ser conhecidas as medidas adoptadas pelo CNP, sem as propagandas divergências. Neste âmbito se pode inserir, por exemplo, a gratuita provocação norte-americana à Líbia, que num curto espaço de tempo sofreu a violação das suas águas e do seu espaço aéreo por barcos e aviões de guerra.

Os esforços foram inúteis. Não só Yasser Arafat foi reeleito presidente da OLP — numa

decisão do Comité Executivo saudada por longos aplausos de todos os membros do CNP — como a resolução final adoptada testemunha a firme determinação do povo palestino em prosseguir a sua justa luta por todos os meios ao seu alcance.

A resolução política do CNP recusa-se a considerar "o plano Reagan como base válida para uma solução justa e duradoura da questão palestina e do conflito israelo-árabe". E isto porque "o plano Reagan, na sua concepção e substância, não satisfaz os direitos inalienáveis do povo palestino, dado que nega os direitos ao regresso, à autodeterminação e ao estabelecimento do Estado palestino independente, nega a OLP como única e legítima representante do povo palestino, sendo contrário à legalidade internacional".

O plano de Fez, pelo contrário, é considerado pelo CNP "como uma base mínima para a acção política dos países árabes que deve ser completada com a acção militar". O "plano Brejnev" não foi esquecido, tendo o Conselho Palestino manifestado a sua consideração por ele, dado o apoio intrínseco que manifesta à causa palestina.

Quanto ao futuro, e nomeadamente no que se refere às relações jordano-palestinas, o CNP considera que elas se devem estabelecer com base na possível federação de "dois Estados independentes".

As relações com a Síria e o



Yasser Arafat

Líbano são apontadas como um aspecto importante da acção da OLP, no primeiro caso porque aquele país está na frente de confrontação face ao inimigo comum — Israel —, no segundo pela necessidade de garantir a segurança e liberdade dos cidadãos palestinos aí residentes, bem como reforçar os laços com as forças democráticas libanesas na sua heróica luta contra a ocupação sionista.

O Conselho Nacional Palestino decidiu ainda mandar o comité executivo da OLP para a abertura de "conversações com os membros da Frente de Firmeza Árabe (Líbia, Argélia, Síria, Yemén do Sul e OLP)" para examinar a forma de activar em bases correctas, claras e eficazes, considerando que a Frente não esteve à altura da missão que lhe era exigida aquando da invasão do Líbano.

Finalmente, quanto aos territórios ocupados por Israel, a resolução do CNP preconiza, conforme as propostas do Partido Comunista Palestino, a reconstituição de "uma Frente nacional que reagrupe todas as forças patrióticas" naqueles territórios e a "unidade da classe operária palestina bem como do seu movimento sindical".

França, eleições municipais — uma dura batalha

Nos dois próximos fins-de-semana, dias 6 e 13, vão realizar-se em França eleições municipais. Uma dura batalha em curso, entre uma direita que se desdobra em esforços, utilizando a sua imensa experiência, para recuperar posições perdidas, e a necessidade premente, para as massas trabalhadoras francesas, de lhe barrar o caminho, de defender o que já foi alcançado — para poder avançar.

Dura batalha, porque a direita não conta com poucos trunfos. As próprias posições que mantém. Os meios de informação mais influentes. A sua longa experiência da mais velha burguesia. E também as dificuldades, com raízes diversas, na construção das bases de uma nova sociedade — e de que são testemunho, por exemplo, a batalha encarnizada para impor em cada empresa os novos direitos conquistados para e pelos trabalhadores.

Para a esquerda, para os votos que irá somar, o que conta são as realizações. A nível municipal como a nível nacional.

Há municipalidades comunistas onde desde já se lançam as estruturas e novas bases de actividades que correspondam à conquista da reforma aos 60 anos. É um exemplo de resposta pronta às transformações da realidade social.

A nível nacional passos foram dados, de assinalar. E aí fomos a extensão das nacionalizações, a descentralização e conquista de novos direitos para os trabalhadores. E ainda reformas em curso para a democratização do sector público. Paralelamente há que destacar diversas conquistas no domínio social: aumento do salário mínimo e dos abonos de família, forte aumento do poder de compra dos reformados, as 39 horas de trabalho/semana, a reforma aos 60 anos (medidas inseridas também no combate

ao desemprego), ligeira melhoria das condições de vida dos camponeses.

Mas será talvez nos prognósticos — falhados — da direita, que reside a mais evidente prova do que se avançou. Por exemplo o ex-ministro Nonory tinha previsto: «Temo que a inflação atinja os 20% e o número de desempregados os 2 500 000». A inflação está a menos de 10% e o desemprego está num ponto estacionário.

O que foi alcançado já se insere numa evolução intolerável para a direita. Intolerável, em particular, a presença de comunistas a nível de poder. A burguesia bem sabe quem defende os interesses das massas trabalhadoras, onde reside o perigo real de uma verdadeira transformação socioeconómica e política.

Mas o que foi alcançado, manifestamente, não satisfaz as massas trabalhadoras francesas. Provam-no as lutas permanentes — que na verdade se inserem também na grande batalha pela transformação das relações socioeconómicas imperantes ainda no país. Provam-no também alguns resultados em eleições esparsas a nível municipal, e eleições sindicais. E o próprio perigo, que os comunistas franceses salientam, do abstencionismo neste próximo domingo. Nesta discrepância entre a vontade popular e as esperanças geradas em 81, e o que entretanto foi conquistado reside o risco de

um aproveitamento por parte da direita. O risco de que a vontade de avançar possa ser indevidamente capitalizada por aqueles cujo objectivo é o retorno ao passado.

Em véspera de eleições, o Bureau político do Partido Comunista Francês, afirma: «A direita que não aceitou a derrota de 81, pretende utilizar as eleições municipais como trans-

polim para reconquistar o poder.

«Para isso, ela mostra claramente o seu plano: reconquistar dezenas de grandes cidades e utilizar as Câmaras para entrar a concretização de medidas governamentais; multiplicar as pressões para infligir à política da maioria e pôr em causa a participação de ministros comunistas; iniciar um

período de agitação e de desordem para obter eleições legislativas antecipadas».

O plano da direita está em marcha. Para a esquerda, trata-se de encontrar nestas eleições um novo impulso na via aberta pelo povo francês em 81. Para o que cada voto conta. Para o que conta — decisivamente — a participação de todos os trabalhadores.

O inconfundível discurso da direita

Ao longo deste período eleitoral, a direita francesa, do RPR à UDF, tem-se desdobrado em múltiplas reuniões, a todos os níveis, das suas direcções aos pequenos clubes que criou, como é o caso, por exemplo, dos Comités de acção republicana (CAR) da iniciativa pessoal de Jacques Chirac.

Do que nessas múltiplas reuniões se discute e teoriza, dos planos que se elabora — todos com o objectivo comum, expressamente a «reconquista do poder pela base», os «contra-poderes» locais — damos seguidamente alguns exemplos. Exemplos elucidativos do que é a política de direita. De qualquer direita.

Os CAR, o manifesto «Por municípios republicanos», passando por declarações do secretário nacional do Partido Republicano

e deputado UDF, Charles Millon, explicam-nos como é.

● **Serviços públicos municipais** — «Introduzem um hábito de assistência, mesmo de dependência e, ninguém sabe na cidade quanto custa esta generosidade social. É preciso desabituar os cidadãos destas medidas, porque elas têm também repercussões de ordem ideológica ao favorecer a substituição da comunidade familiar ou de vizinhança, pela colectividade, no que respeita a serviços como guarda, recolhimento e alimentação de crianças e pessoas de idade». Por exemplo, constrói-se «demasiadas piscinas e equipamentos desportivos», quando as «municipalidades republicanas não devem organizar nem gerir actividades culturais» que

devem ser da iniciativa do sector privado.

● **Ensino** — «A partir do jogo dos contra-poderes, o município pode acelerar a hora do abandono do princípio a escola única até aos 16 anos e instaurar a diversidade de vias: esta orientação implica que seja admitido o princípio da selecção republicana de estudantes».

● **Cultura** — «Ela deve ser construída por uma vontade política e a preocupação por certos valores». Ou seja: é preciso «libertar as cidades dos artistas e intelectuais comunistas» e parar com «os subsídios às associações marxistas».

● **Impostos** — «Não deve haver igualdade através do imposto, mas igualdade face ao imposto», ou seja «uma participação semelhante das diferentes categorias sociais nos gastos republicanos».

Solidariedade com o Tudeh

«O nosso crime é conhecer os amigos e inimigos da revolução»

A 6 de Fevereiro, parte dos membros da direcção do Partido Tudeh do Irão (Partido Comunista), nomeadamente o seu secretário-geral, camarada Nouredine Kianouri, foram presos em Teerão. Uma notícia que já divulgámos aqui, nas páginas do «Avante!». E a que voltamos, por dever de solidariedade para com os nossos camaradas iranianos, cuja vida neste momento corre perigo. E também, pelo que esta prisão, que engloba personalidades progressistas da intelectualidade iraniana, testemunha das dificuldades e da complexidade do processo que hoje se vive no Irão.

Uma vez mais os comunistas iranianos estão a ser presos, Kianouri, como os outros membros da direcção do Tudeh, estão hoje nas mesmas prisões onde o regime do Xá outrora os encerrou. As pretensas acusações, divulgadas pelos órgãos de informação, de acordo com declarações das autoridades oficiais, também nada têm de novo: «espionagem», «falsificação de documentos». Como se destaca no comunicado do CC do Tudeh, «Trata-se de acusações que encontramos com abundância

em todas as épocas no arsenal dos inimigos e dos que se opõem ao socialismo científico, contra todas as forças que lutam pela independência, a liberdade e o progresso social».

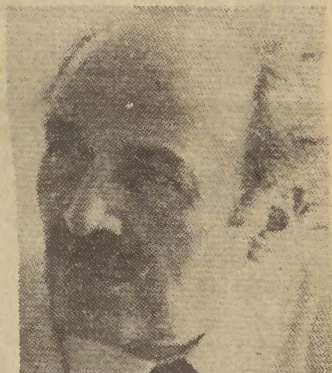
Isto quer dizer que no Irão se voltou decididamente para o passado? Seria uma conclusão excessivamente linear. Na verdade o que está em causa é uma grande batalha, em que se atingiu um momento que pode vir a ser decisivo. Mais concretamente, e conforme se destaca numa nota de simpatizantes do Tudeh em França, divulgada por ocasião do quarto aniversário da Revolução: «O verdadeiro conteúdo dos acontecimentos ocorridos este ano (...) consiste no alargamento da luta decisiva entre as duas tendências, que engloba todos os domínios da vida da nossa sociedade».

O camarada Kianouri responde claramente à questão fundamental — que tendências se chocam na vida política iraniana?

«Uma tendência engloba os partidários da manutenção de todas as relações económicas capitalistas com uma coloração ligeiramente islâmica e restrições ao capital muito limitadas e ineficazes. A outra tendência engloba os partidários de uma mudança radical das relações económicas existentes — tendência que se reflecte na maioria das decisões da Assembleia Islâmica e em muitos projectos de lei apresentados pelo governo e o Parlamento. A questão é que são estas mesmas decisões e projectos de lei os que são recusados pelo veto do Conselho de Observância das Normas Islâmicas».

Em síntese: «O que é claro, aqui, é que as duas tendências utilizam os princípios islâmicos, enquanto na prática assumem de facto posições de classe».

A prisão dos camaradas iranianos — não sendo, de forma



Nouredine Kianouri, secretário-geral do Tudeh

alguma, a primeira forma de repressão que atinge o partido irmão, após Fevereiro de 79 — assume hoje, porque a batalha ganha um carácter particularmente complexo e decisivo, uma dimensão ainda mais preocupante.

Em carta aberta de 18 de Maio de 82 do CC do Tudeh às autoridades da República Islâmica do Irão, afirma-se: «O nosso crime é justamente saber de há muito qual a via correcta para a revolução iraniana. O nosso crime é conhecer os inimigos e os amigos da revolução, tanto no interior como a nível internacional e mantermo-nos com clareza e perseverança nas posições em que sinceramente cremos».

Um «crime» que vem de longe e que enforma toda a vida do Tudeh: «O Partido Tudeh do Irão, o partido da classe operária iraniana, luta incansavelmente durante 41 anos contra o imperialismo mundial dirigido pelo imperialismo americano, contra a ditadura monárquica e os grandes capitalistas e latifundiários. Sempre lutou pela independência do país, a liberdade e a justiça social. Conta com milhares de vítimas, milhares de anos de prisão. Participou com todas as suas forças e os seus meios na gloriosa revolução de Fevereiro de 1979. Continua a lutar activa e eficazmente pela defesa, consolidação e aprofundamento das conquistas anti-imperialistas e populares desta revolução».

Uma síntese do CC do Tudeh, que bem traduz a sua acção e firmeza de princípios ao longo da dolorosa luta do povo iraniano, ontem como hoje contra a política que o imperialismo pretende impor-lhe.

A história ensina que a perseguição aos comunistas é o primeiro degrau na via do ataque generalizado às forças democráticas, na via da liquidação de conquistas democráticas e revolucionárias.

A prisão dos nossos camaradas é um sintoma e um aviso. De que o imperialismo não desistiu. E conta com forças assinaláveis também no interior do Irão. De que a luta se agudiza, impondo a todos nós uma redobrada solidariedade. Solidariedade ao Tudeh. Solidariedade ao povo que em massa se ergueu em Fevereiro de 79.

Novas propostas da URSS em Viena

Novas propostas foram apresentadas em Viena, a 17 de Fevereiro, pela União Soviética, visando — no caso concreto das conversações sobre a redução recíproca de efectivos militares e armamentos na Europa, como em todos os outros fóruns em que está em debate a questão central do desarmamento — desbloquear discussões que já se arrastam há dez anos e passar à acção concreta.

Que se obteve nesses dez anos e que problemas são invocados para entravar a conclusão positiva dos debates?

No balanço que se pode fazer destes anos existem, em súmula, entendimentos de ordem geral, nomeadamente no que respeita à necessidade de as futuras reduções de armamento conduzirem a que o actual nível de concentração na Europa Central baixe de forma equilibrada para ambas as partes. Mais concretamente, chegou-se a um acordo no sentido

de estabelecer 900 mil homens para cada parte.

Mas paralelamente o diálogo esbarra em discussões infundadas e estériles quanto ao número de militares de cada parte a serem abrangidos. Os EUA e a NATO pretendem pura e simplesmente que o Pacto de Varsóvia proceda a uma redução três vezes superior à das tropas da NATO.

Faça a esta situação a União Soviética propõe uma nova atitude que supre a artificial "barreira numérica" e abra o caminho a resultados práticos. E que, resumidamente, consiste em:

— um entendimento sobre a redução de efectivos para níveis iguais da ordem dos 900 mil homens, independentemente das divergências quanto aos efectivos actuais;

— cada uma das partes definiria a redução necessária de tropas, para atingir o nível acordado;

— paralelamente seriam de-

finidas medidas adequadas, mutuamente aceitáveis, de verificação das concentrações de forças armadas resultantes das reduções;

— um primeiro passo neste sentido seria a redução, a título de exemplo recíproco e à margem dos acordos, de 20 mil homens para a URSS e 13 mil para os Estados Unidos (no que respeita à União Soviética, esta redução seria em complemento aos 20 mil militares e mil tanques e outro material bélico já unilateralmente retirado da RDA);

— congelamento do nível actual de tropas e armamentos no decurso das conversações.

A ser aprovada esta inequivelmente construtiva proposta, poder-se-ia desde já passar a um entendimento sobre prazos e modalidades de evacuação dos contingentes abrangidos pela redução e sobre a verificação da mesma por observadores de ambas as partes.

Reunificação da Coreia Comité Internacional condena manobras imperialistas

Para debater o problema da «agudização da tensão na Coreia face ao projecto de constituição de um bloco militar tripartido EUA-Japão-Coreia do Sul e ao desenrolar da operação militar na zona iniciada em 1 de Fevereiro passado» e a fim de tomar posição sobre «esta situação que pode desencadear um conflito nuclear», o CILRECO — Comité Internacional de Coordenação para a Reunificação Independente e Pacífica da Coreia convocou nos passados dias 25 e 26 de Fevereiro uma reunião internacional urgente, que teve lugar em Paris e na qual participou o camarada José Cavaco em representação do Comité Central do Partido Comunista Português.

Cerca de 60 delegados representantes de 29 países e 7 organizações internacionais participaram nesta reunião du-

rante a qual numerosas intervenções — cerca de 4 dezenas — acentuaram a sua condenação às manobras do imperialismo norte-americano e alertaram para os perigos que constituem, para a paz, as operações militares na zona, nomeadamente a designada «Team Spirit» iniciada em 1 de Fevereiro.

Dois relatórios precederam as intervenções dos delegados: o primeiro apresentado pelo Presidente do CILRECO sobre a situação existente na região; o segundo apresentado pelo secretário-geral da organização avançando propostas concretas de acção.

No final dos trabalhos foram apresentados e debatidos documentos que alcançaram a aprovação por unanimidade. O primeiro foi um apelo a favor da paz e da segurança na Coreia, na Ásia e no mundo; o

segundo uma carta dirigida ao secretário-geral da ONU, contendo a exigência de que os Estados Unidos cumpram as decisões da Assembleia Geral das Nações Unidas, organização de que fazem parte; finalmente, uma carta à 7.ª Conferência dos Países Não-Alinhados.

Na reunião, o camarada José Cavaco produziu uma intervenção na qual sublinhou a «profunda inquietação e preocupação dos comunistas portugueses, que sempre condenaram a ocupação de parte do território da Coreia pela tropa dos EUA», com que vêm hoje «o imperialismo norte-americano e os militaristas nipónicos, em conluio com o regime sul-coreano, realizarem manobras e exercícios militares de grande envergadura, fomentando o clima de guerra e criando sérios perigos na região».